

# DIÁLOGO GLOBAL

4.1

4 edições por ano em 14 idiomas

Simon Clarke –  
Uma colaboração inspiradora

---

Sociologia como  
vocação

---

Alain Touraine,  
Kalpana Kannabiran

A transição democrática  
do Chile

---

Manuel Antonio Garretón

A Social Democracia do Uruguai

---

Felipe Arocena,  
Adriana Marrero  
e Leandro Pereira,  
Marcos Supervielle  
e Mariela Quiñones,  
Diego Piñeiro

A onda direitista da  
Hungria

---

György Csepeli,  
Eszter Bartha,  
György Lengyel

- > **As mulheres mineiras da África do Sul**
- > **A cultura do celular na Costa do Marfim**
- > **Encontro da Associação Sociológica Europeia**
- > **Declaração final da ALAS**
- > **As transformações sociais e a era digital**
- > **A equipe russa da Diálogo Global**

NEWSLETTER



International  
Sociological  
Association



VOLUME 4 / EDIÇÃO 1 / MARÇO DE 2014  
<http://isa-global-dialogue.net>

DG



# > Editorial

## Reações ao Neoliberalismo

**V**ivemos em um mundo neoliberal, no qual mercados se espalham cada vez mais, ampla e profundamente. Nada escapa ao mercado, na medida em que ele adentra terrenos que, por muito tempo, estiveram protegidos. De atividade criativa, o trabalho passou a ser uma fonte de sobrevivência cada vez mais incerta; de um meio de troca, o dinheiro tornou-se um veículo para ganhar ainda mais dinheiro por intermédio de empréstimos e apostas, conduzindo credores ricos a um polo e devedores pobres a outro; de fonte de sustento a vida, a natureza (água, terra, ar) passou a estar sujeita às forças destrutivas do capitalismo, transformando-se em uma *commodity* valiosa - o que estimula a desapropriação violenta; visto antes como bem público, o conhecimento agora é vendido para aqueles que pagam mais, sejam eles estudantes em busca de credenciais ou corporações em busca de pesquisa subsidiada. A “comoditização” de cada fator de produção alimenta a “comoditização” de tudo. Aqui, parece não haver limite para o mercado.

No entanto, os mercados geram suas contra-tendências, sejam elas movimentos sociais e/ou regulação estatal. Esta edição contém quatro artigos sobre a resposta socialista do Uruguai aos dilemas da mercantilização global: políticas redistributivas, conduzidas e causadas por sindicatos fortes; políticas sociais que legalizaram o aborto, o casamento homossexual e a maconha; a retenção de elevados níveis de educação pública. O capitalismo, por outro lado, invadiu a agricultura, transformando a sociedade agrária em um veículo de acumulação. No poder de seu segundo mandato, a frente ampla socialista, que inclui ex-membros do movimento guerrilheiro *Tupamaros*, buscou um mandato popular visando a democracia social, uma trajetória bem diferente do caminho conservador do Chile. Apesar do aumento do “socialismo rosa” ou “eleitoral” na Argentina, Brasil, Equador, Venezuela e Bolívia, a democracia social do Uruguai destaca-se tanto por seu aspecto humano quanto pelo seu sucesso.

Se o Uruguai é atípico na América Latina, então a Hungria é atípica dentro do antigo bloco soviético - não em seu socialismo, mas em seu populismo autoritário, uma resposta alternativa aos poderes destrutivos do mercado. Os três artigos da Hungria descrevem a ascensão de um Estado mafioso chefiado pelo altivo Viktor Orbán, tão diferente do presidente do Uruguai, José Mujica, que vive a mais humilde das vidas. Na Hungria, as elites políticas, as quais estão cada vez mais afastadas e cruelmente fechadas à democracia e ao debate público, descredibilizam a ideia de classe, como sendo uma distorção comunista, em um contexto no qual diferenças de classe tornam-se cada vez mais saliente. Além disso, essas elites têm cultivado um chauvinismo nacional dirigido aos judeus e ciganos, ao mesmo tempo em que culpa a União Europeia pela difícil situação econômica da Hungria.

Dois países com histórias econômicas e políticas muito diferentes respondem ao mesmo estímulo neoliberal com estratégias políticas divergentes. Mas, pode a social-democracia ou o autoritarismo populista reverter a dinâmica da mercantilização que persegue o planeta quase sem obstáculos? Será que a reversão do neoliberalismo exige um contra-movimento não apenas a nível nacional, mas em uma escala global? Se sim, como isso seria? Tal contra-movimento global expandiria ou contrairia liberdades? Isso é realmente viável ou estamos indo inelutavelmente para a auto-destruição coletiva?

> **A Diálogo Global pode ser encontrada em 14 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviada para [burawoy@berkeley.edu](mailto:burawoy@berkeley.edu)**



*Simon Clarke é entrevistado aqui por dois de seus alunos sobre a extraordinária colaboração que ele cultivou com jovens e talentosos sociólogos russos, produzindo uma infinidade de estudos de caso durante e após a transição de mercado.*



*Alain Touraine, sociólogo de renome internacional, descreve as origens de suas teorias pioneiras e de sua inovadora e agora amplamente utilizada metodologia para o estudo de movimentos sociais. Aqui, ele reflete sobre seu otimismo inicial e seu pessimismo mais recente.*



*Kalpana Kannabiran, socióloga de enorme talento e ativista da Índia, relata a simbiose potencial da sociologia e os estudos jurídicos críticos na busca por justiça social.*

## > Editorial

**Editor:** Michael Burawoy.

**Editores Executivos:** Lola Busuttill, August Bagà.

**Editores Associados:**

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa,  
Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

**Conselho Editorial:**

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu,  
Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez,  
Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi,  
Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato,  
Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Chin-Chun Yi,  
Elena Zdravomyslova.

**Editores Regionais**

**Mundo Árabe:**

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

**Brasil:**

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Andreza Galli,  
Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior,  
Lucas Amaral, Celia Arribas, Rafael de Souza.

**Colômbia:**

María José Álvarez Rivadulla,  
Sebastián Villamizar Santamaría,  
Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

**Índia:**

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Jyoti Sidana,  
Ritu Saraswat, Uday Singh.

**Irã:**

Reyhaneh Javadi, Hamidreza Rafatnejad,  
Saghar Bozorgi, Najmeh Taheri.

**Japão:**

Kazuhiisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno, Tomo-  
hiro Takami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda,  
Yu Fukuda, Michiko Sambe, Yuko Hotta,  
Yusuke Kosaka, Shuhei Naka, Kiwako Kase,  
Misa Omori, Kazuhiro Kezuka.

**Polônia:**

Krzysztof Gubański, Kinga Jakiela, Kamil Lipiński,  
Przemysław Marcowski, Karolina Mikołajewska,  
Mikołaj Mierzejewski, Adam Müller, Karolina Fiut,  
Patrycja Pendrakowska, Nastazja Stoch,  
Teresa Teleżyńska.

**Romênia:**

Cosima Rughiniş, Ileana-Cinziana Surdu,  
Adriana Bondor, Ramona Cantaragiu, Miriam Cihodariu,  
Daniela Gaba, Angelica Helena Marinescu,  
Cătălina Petre, Mădălin Rapan, Lucian Rotariu,  
Alina Stan, Balazs Telegdy, Elena Tudor,  
Cristian Constantin Vereş.

**Rússia:**

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova,  
Elena Nikiforova, Asja Voronkova.

**Taiwan:**

Jing-Mao Ho.

**Turquia:**

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong,  
Yonca Odabaş, Zeynep Baykal, Gizem Güner.

**Consultores de mídia:** Gustavo Taniguti, José Reguera.

**Consultor Editorial:** Abigail Andrews.

## > Nesta edição

|   |    |
|---|----|
| Editorial: Reações ao neoliberalismo                              | 2  |
| Uma colaboração inspiradora com sociólogos russos                 |    |
| <b>Uma Entrevista com Simon Clarke, Reino Unido</b>               | 4  |
| Sociologia como vocação – Indo além da Sociologia                 |    |
| <b>Por Alain Touraine, França</b>                                 | 7  |
| Sociologia como vocação – Uma conversa entre direito e sociologia |    |
| <b>Por Kalpana Kannabiran, Índia</b>                              | 9  |
| Desafios da transição democrática                                 |    |
| <b>Uma Entrevista com Manuel Antonio Garretón, Chile</b>          | 12 |

### > A SOCIAL DEMOCRACIA DO URUGUAI

|  |    |
|--|----|
| O Uruguai na vanguarda da América Latina                               |    |
| <b>Por Felipe Arocena, Uruguai</b>                                     | 15 |
| Quão pública é a educação pública do Uruguai?                          |    |
| <b>Por Adriana Marrero e Leandro Pereira, Uruguai</b>                  | 17 |
| O milagre do Uruguai: a redistribuição e o crescimento do sindicalismo |    |
| <b>Por Marcos Supervielle and Mariela Quiñones, Uruguai</b>            | 19 |
| A revolução agrária do Uruguai   |    |
| <b>Por Diego E. Piñeiro, Uruguai</b>                                   | 21 |

### > A ONDA DIREITISTA DA HUNGRIA

|  |    |
|--|----|
| A ascensão da máfia húngara                  |    |
| <b>Por György Csepe, Hungria</b>             | 23 |
| O destino de classe na Hungria contemporânea |    |
| <b>Por Eszter Bartha, Hungria</b>            | 25 |
| Sobre a (ir)responsabilidade das elites      |    |
| <b>Por György Lengyel, Hungria</b>           | 27 |

### > NOTAS DO CAMPO

|   |    |
|---|----|
| África do Sul: Mulheres mineiras e o eu subterrâneo |    |
| <b>Por Asanda Benya, África do Sul</b>              | 30 |
| Costa do Marfim: O capital simbólico do celular     |    |
| <b>Por Jordanna Matlon, França</b>                  | 33 |

### > RELATÓRIOS DE CONFERÊNCIAS

|  |    |
|--|----|
| Encontro da Associação Sociológica Europeia      |    |
| <b>Por Jennifer Platt, Reino Unido</b>           | 35 |
| Declaração Final                                 |    |
| <b>Aprovada no XXIX Congresso da ALAS, Chile</b> | 37 |
| As transformações sociais e era digital          |    |
| <b>Por Elisa P. Reis, Brasil</b>                 | 39 |
| A equipe russa da <i>Diálogo Global</i>          |    |
| <b>Por Elena Zdravomyslova, Rússia</b>           | 40 |



# > Uma colaboração inspiradora com sociólogos russos

## Uma Entrevista com Simon Clarke

**D**urante os anos 1980, Simon Clarke, sociólogo britânico da Universidade de Warwick, era mais conhecido por suas contribuições teóricas - em particular, a sua interpretação original de Marx, e sua crítica aos fundamentos liberais da sociologia moderna e da economia. Em 1990, Clarke fez uma viagem fatídica para a União Soviética, inaugurando duas décadas de pesquisa através de uma colaboração internacional rara. Ele se tornou o principal motor por trás de uma nova escola de sociologia russa que analisou uma sociedade em vias de transformação. Junto com seu colega, Peter Fairbrother, ele reuniu uma rede de pesquisadores russos no Instituto de Investigação Comparativa das Relações de Trabalho (ISITO). Ali, Clarke e seus colegas russos produziram um corpo de trabalho que, meticulosamente, analisou o impacto da reforma econômica nos locais de trabalho e nas residências, assim como a reação dos trabalhadores e de suas organizações. Essa pesquisa foi única, no que diz respeito ao seu alcance, percepção e originalidade, oferecendo um desafio insistente à ortodoxia neoliberal dominante. O *ethos* do ISITO foi igualmente marcante. Se a hierarquia e a subordinação eram atributos-chave para as organizações soviéticas, no ISITO, Simon Clarke conseguiu promover um *ethos* de colaboração, sustentada pela confiança, amizade e espírito de aprendizagem mútua. Aqui, ele é entrevistado por dois de suas ex-alunas, Sarah Ashwin, que leciona na *London School of Economics*, e Valery Yakubovich, que leciona na *ESSEC Business School*, na França.

**Valery: A partir do final da década de 1980, muitos sociólogos ocidentais foram para a União Soviética para observar um “experimento natural” na mudança social. Mas poucos, se houve algum, criaram uma nova instituição de pesquisa. Como surgiu essa ideia?**

**SC:** Annie Phizacklea e eu levamos um grupo de estudantes da Universidade de Warwick para a Rússia em março de 1990. Fiquei imediatamente entusiasmado com a sensação de que uma infinidade de novas possibilidades parecia estar se abrindo. Por mero acaso, nós encontramos Svetlana Natalushko, que havia assumido os “Cursos Avançados de Sociologia”, fundados por Galina Mikhalyova



Simon Clarke com sociólogos admiradores de Samara.

na Escola Superior de Komsomol (e que tinha sido renomeada como Instituto da Juventude), para oferecer cursos para jovens sociólogos de regiões da Rússia. Na falta de eleições democráticas, as pesquisas de opinião pública tornaram-se um instrumento importante para as organizações sociais alternativas que haviam se formado durante a perestroika (e para o Partido e para as organizações sindicais que tentavam manter o poder). Muitos ativistas, então, aspiravam desenvolver o seu conhecimento sociológico, e vieram à Moscou para estudar sociologia em um ambiente relativamente progressista. Fui convidado a retornar em dezembro, para dar uma semana de palestras, e, entre os alunos, estavam Vadim Borisov e Olga Rodina, que se tornariam pilares do ISITO. No mês de março seguinte, Peter Fairbrother e eu, novamente levamos um grupo de estudantes e encontramos mais sociólogos jovens, incluindo você, Valery Yakubovich, Vladimir (“Volodya”) Ilyin e Petr Bizyukov, e fizemos algumas visitas a locais fascinantes e reuniões com ativistas do movimento sindicalista alternativo.

Naquela época, como você disse, muitos sociólogos ocidentais estavam começando a pesquisar na União Soviética, mas a maioria estava satisfeito em subcontratar seu trabalho de campo para os institutos de pesquisa, organizações de pesquisa soviéticas ou estudantes de pós-graduação, o que poderia produzir uma abundância de dados quantitativos de forma barata (a pesquisa qualitativa era

>>

considerada como não-científica na União Soviética) e reciclar os antigos relatórios de suas pesquisas. Nós não estávamos interessados em analisar dados de segunda mão, com confiabilidade duvidosa. Nós queríamos levar a cabo a nossa própria pesquisa. As barreiras óbvias foram o tempo e o idioma, mas Vadim, Volodya e Olga foram capazes de servir como nossos intérpretes e colaboradores nas entrevistas, e já tínhamos um núcleo de pesquisadores interessados que poderiam conduzir estudos de caso etnográficos. Ao longo do ano seguinte, fizemos quatro viagens ao redor da Rússia com Vadim e Volodya para realizar estudos-pilotos, entrevistas com ativistas do movimento trabalhista e procurar por potenciais colaboradores. Explicamos para aqueles que encontramos que estávamos interessados em realizar pesquisa etnográfica colaborativa, mas que não tínhamos financiamento. Isso foi o suficiente para separar aqueles que tinham um interesse puramente financeiro em pesquisa colaborativa e aqueles que queriam positivamente participar do projeto para seu próprio bem. Eventualmente, nós estabelecemos equipes de pesquisa em Moscou, Syktyvkar, Samara e Kemerovo, com certos líderes proeminentes como Vadim Borisov, Vladimir Ilyin, Irina Kozina, Petr Bizyukov e Veronika Kabalina.

Mais tarde, formamos equipes de pesquisa em Perm, Yekaterinburg, São Petersburgo, Ulyanovsk e Ivanovo. Todo o programa se manteve pela amizade e comprometimento das equipes e líderes de equipe, sem qualquer enquadramento institucional. Contudo, nós sempre insistimos aos nossos colaboradores que o espaço que havia sido aberto para a organização informal, através da desintegração da URSS e de suas instituições, não persistiria, e que eles precisavam ter uma base institucional em suas regiões, enquanto que nós precisávamos de uma identidade institucional para a nossa colaboração. Eventualmente, depois de muitas armadilhas burocráticas, estabelecemos o Instituto de Investigação Comparativa das Relações de Trabalho (ISITO) como uma organização social sem fins lucrativos, com uma parafernália de contas bancárias, comitê gestor, diretor, guarda-livros, e subordinação às autoridades fiscais. No entanto, na prática, o ISITO continuou a operar como uma rede informal baseada na amizade, colaboração e compromisso com a pesquisa.

**Sarah: Como você disse, a pesquisa qualitativa foi considerada como não científica na União Soviética. Portanto, os membros da equipe do ISITO tinham experiência de etnografia ou você precisou treiná-los?**

**Valery: Pelo que me lembro, apesar de sua reputação “não-científica”, a pesquisa qualitativa foi recebido com entusiasmo na Rússia no início de 1990. Que ideias você acha que teria perdido sem uma abordagem qualitativa?**

**SC:** Quando nós estabelecemos o nosso programa de pesquisa, discutimos isso com muitos sociólogos em Moscou. Eles insistiram que não havia sociólogos nas regiões da Rússia, apenas “pesquisadores de campo”. A Sociologia estava dividida entre os filósofos sociais e os pesquisadores sociais. Os filósofos sociais, que se consideravam os verdadeiros sociólogos, tinham feito uma transição suave

do marxismo-leninista para a filosofia social ocidental, mas não tinham interesse em avaliar a validade empírica de qualquer uma dessas teorias. Os pesquisadores sociais insistiam que, apesar dos métodos qualitativos (métodos “soft”) poderem ter algum valor heurístico, somente métodos quantitativos (métodos “duros”) seriam verdadeiramente científicos. No entanto, os sociólogos mais jovens que encontramos, especialmente aqueles das regiões da Rússia, mostraram verdadeiro interesse em métodos qualitativos. Isto foi, em parte, por uma questão de recursos, já que havia pouco dinheiro para pesquisa quantitativa fora dos institutos de Moscou, e qualquer um poderia fazer uma pesquisa qualitativa, desde que tivesse tempo. Mas também porque eles estavam desiludidos com o fetichismo soviético e a politização da pesquisa quantitativa. Ninguém acreditava nos dados quantitativos publicados pelos órgãos estatais de apoio à linha política do governo. A pesquisa qualitativa, observar e conversar com as pessoas, revelou níveis de realidade que nunca haviam sido relatados por publicações soviéticas, sendo, portanto, emocionante para os jovens sociólogos críticos.

Quando começamos o nosso primeiro projeto, realizamos um seminário de três dias sobre os métodos qualitativos em uma *otdykha* (casa de férias) do Ministério do Rádio, nos arredores de Moscou, onde dormimos em frias cabanas de madeira. Nossa principal mensagem aos nossos colaboradores foi que a pesquisa qualitativa tinha que ser rigorosa e sistemática. Peter Fairbrother conduziu um debate memorável sobre os aspectos técnicos da pesquisa qualitativa - a importância de ter instrumentos de registro adequados e suficientes, de redigir notas de campo imediatamente após uma entrevista ou observação, os aspectos técnicos e éticos da gravação das entrevistas e assim por diante. Todo mundo estava entusiasmado, absorvendo rapidamente os princípios essenciais da pesquisa qualitativa.

A maior parte da nossa pesquisa foi baseada em estudos de casos comparativos, particularmente das empresas industriais. Cada equipe de pesquisa foi responsável pela realização de certo número de estudos de caso, de acordo com um calendário acordado. Realizamos seminários iniciais, envolvendo todos os pesquisadores, onde decidimos quem seriam os entrevistados (os principais gerentes, os chefes de departamento, os encarregados e uma amostra de trabalhadores comuns de um escritório principal e de um escritório auxiliar), e quais as formas de observação seriam utilizadas (como, por exemplo, sentar no escritório de um chefe de departamento ou de um presidente de sindicato, ou seguir um encarregado). Em seguida, elaboramos guias de entrevista para cada categoria de informante e preparamos um modelo de relatório a ser preenchido para cada empresa. Desta forma, asseguramos, da melhor maneira possível, que todos os estudos de caso fossem conduzidos a partir de bases comparáveis. Cada relatório de estudo de caso, com suas transcrições de entrevistas e notas de campo anexadas, foi distribuído a todas as equipes de pesquisa e discutido por elas em suas reuniões de equipe. A cada três meses, realizamos reuniões com os líderes

&gt;&gt;

de equipe para revisar o progresso e, todos os anos, tivemos um seminário de pesquisa com todos os participantes para formular e avaliar as hipóteses sob a luz dos relatórios de estudo de caso. Para o seminário final de projeto, a expectativa era que todos apresentassem uma análise sobre todos os relatórios de estudo de caso e estas se tornassem a base das publicações dos projetos em russo e em inglês.

Duvido que teríamos tido qualquer *insight* sem uma abordagem qualitativa. As pessoas, individualmente, sabiam o que acontecia nas instituições e organizações soviéticas e russas, mas esse conhecimento não foi, em lugar nenhum, sistematicamente recolhido e codificado. Sem pesquisa qualitativa, não temos ideia de quais perguntas fazer em um questionário e não temos ideia de como interpretar as respostas; a pesquisa quantitativa só pode vir na fase final de um projeto, quando buscamos uma base para generalizar conclusões extraídas de estudos qualitativos. Nós não nos opúnhamos aos métodos quantitativos, mas estávamos desconfiados dos dados quantitativos russos disponíveis, especialmente porque muitos de nossos colaboradores já haviam trabalhado como entrevistadores e conheciam os truques utilizados pelos entrevistadores. Encontramos também grandes inconsistências nos dados que solicitamos para usar em nossa pesquisa, incluindo os provenientes de pesquisas mais respeitadas.

Nossa insatisfação com as fontes de dados existentes nos levou a buscar financiamento para a nossa própria pesquisa do mercado de trabalho em nossas quatro regiões centrais em 1998, dirigida por você, Valery Yakubovich, com amostragem rigorosa, monitoramento dos entrevistadores e testando a consistência dos nossos dados.

**Sarah: Juntamente com o ISITO, você foi extraordinariamente produtivo, publicando dezoito livros e 55 artigos reconhecidos em inglês, bem como inúmeras publicações em russo. Qual das suas descobertas deixou-o mais animado?**

**SC:** Inicialmente, estávamos olhando para o novo movimento dos trabalhadores para assegurar a liderança durante a transição e, ao longo de nossa pesquisa, procuramos apoiar o desenvolvimento de um sindicato e de um movimento operário democrático e eficaz, na Rússia. Eu acho que a maioria das nossas descobertas foi deprimente, em vez de emocionante. Após a excitação inicial, que se seguiu ao colapso da União Soviética, quando tudo parecia possível, tivemos que enfrentar a nossa ingenuidade enquanto o neoliberalismo varria tudo à sua frente. A resistência às “reformas” que destruíram a vida das pessoas e as esperanças, eram meramente simbólicas. Não havia uma efetiva liderança dos sindicatos tradicionais, e os sindicatos “alternativos” afundavam em um pântano de corrupção. É claro que havia indivíduos e pequenos grupos que resistiram, mas a maioria foi rapidamente minada pela repressão e/ou indiferença.

A maior parte de nossa pesquisa, rigorosamente fundamentada, mostrou o que já suspeitávamos, com base em experiências e observações passadas, mas houve algu-

mas surpresas. Em um de nossos primeiros projetos, questionamos o que motivava os trabalhadores russos. Sergei Alashev propôs sua hipótese de que “os trabalhadores russos gostam de trabalhar”, gerando muitas risadas inicialmente, contudo o artigo que ele produziu (publicado em *Management and Industry in Russia: Formal and Informal Relations in the Period of Transition*, 1995) foi uma brilhante exposição de seu argumento.

De um ponto de vista científico, eu acho que a descoberta mais interessante foi a extensão com que a cultura, a mentalidade e as práticas soviética foram reproduzidas, para o bem ou para o mal, em toda uma série de instituições. Em nossa pesquisa, vimos isso mais particularmente nos sindicatos, na gestão industrial e na cultura de chão de fábrica, mas o fenômeno também pôde ser observado claramente na reconstituição das estruturas tradicionais do Estado.

Algumas das descobertas mais marcantes saíram de um censo domiciliar de 1998, que nos deu dados quantitativos de alta qualidade para testar várias hipóteses. Uma delas, sugerida por Lena Varshavskaya de Kemerovo, era de que a agricultura nacional não era uma corda salva vidas para os pobres, como muitos articulistas afirmavam, porque os custos da agricultura nacional em tempo e dinheiro superavam os retornos em produtos agrícolas. Em vez disso, seguindo esse argumento, era a atividade de lazer que melhor exemplificava a ética de trabalho, a idealização da natureza e as tradições de troca soviéticas.

Outra descoberta chave refere-se ao domínio das instituições sobre os determinantes de mercado na diferenciação salarial, fortemente apoiado pelo argumento tradicional, embora em grande parte esquecido, dos especialistas em relações industriais, em oposição aos economistas do trabalho. Além disso, seguindo uma mesma linha, também foi importante a descoberta da incapacidade da economia do trabalho em explicar a divisão doméstica do trabalho remunerado e não remunerado. Para mim, tendo sido um economista, estas estavam entre nossas descobertas mais satisfatórias, porque eu acho que a principal responsabilidade das ciências sociais hoje é desafiar e minar as pretensões científicas da economia neoclássica, para revelá-la como a ideologia vazia e perniciosa que ela é.

**Valery: Qual é a situação do ISITO agora?**

**SC:** O ISITO como instituição está passando pelo processo de liquidação, principalmente porque os procedimentos administrativos e financeiros exigidos pelo Estado russo são muito dispendiosos em tempo e dinheiro, mas as conexões informais permanecem. De certa forma, o ISITO é uma vítima do seu próprio sucesso. Seus membros tornaram-se candidatos altamente procurados para posições de topo de ensino e pesquisa em universidades russas. A maioria tem garantido posições acadêmicas nas quais podem continuar o seu trabalho. Teremos o seminário final do ISITO em março (2014), provavelmente no Egito, para o qual todos os nossos amigos e companheiros serão convidados. As publicações do ISITO podem ser encontradas em [www.warwick.ac.uk/russia](http://www.warwick.ac.uk/russia). ■

# > Indo além da sociologia

Por **Alain Touraine**, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França e ex-Vice- Presidente da ISA, 1974-1978

Durante quatro décadas, **Alain Touraine** tem sido uma figura de destaque no mundo da sociologia. Começando como sociólogo da indústria, fez seu nome como um teórico dos movimentos sociais, levando-o a conceber a auto-produção coletiva da sociedade, que, por sua vez, inspirou uma nova metodologia de intervenção sociológica. É um sociólogo de raro alcance global, sempre buscando nos movimentos sociais a expansão da liberdade e dignidade em diferentes cantos do mundo. Uma longa corrente de obras, agora canônicas, vieram “de sua pena”, incluindo o *Movimento do Comunismo Utópico de Maio* (1968), *A Sociedade Pós-Industrial* (1969), *A Produção da Sociedade* (1973), *A Voz e o Olho* (1978), *Solidariedade: Análise de um Movimento Social: Polônia 1980-1981* (1983) (com François Dubet, Michel Wieviorka e Jan Strzelecki), *O Retorno do Ator* (1984), e, mais recentemente, *O Fim das Sociedades*. Touraine fundou seu próprio Centro de Análise Sociológica e Intervenção na EHESS, em Paris, onde treinou dezenas de estudantes de todo o mundo.



Alain Touraine.

**M**inha primeira e mais duradoura orientação à sociologia veio da minha oposição a um sistema escolar que estava mais interessado em defender suas próprias normas do que em nutrir as diferentes necessidades dos jovens. Eu era um estranho caso de um menino de escola infeliz e não muito bem sucedido que, no final, se destacou em um dos mais prestigiados “exames competitivos” em seu país, tornando-me estudante na renomada École Normale Supérieure. Depois de dois anos eu deixei este lugar maravilhoso, passei parte de um ano viajando na Europa Central, e a outra parte trabalhando como “semi-qualificado” mineiro de carvão.

Georges Friedmann, a figura principal por trás da recém-nascida sociologia industrial europeia, me convidou para participar de um grupo de pessoas que estavam estudan-

do a mudança ocupacional introduzidas por novas tecnologias em várias indústrias. Ele me colocou no comando do estudo da grande empresa automobilística francesa, a nacionalizada companhia Renault. Dediquei um ano e meio para estudar os detalhes de postos de trabalho e formas de organização industrial nas várias plantas desta grande corporação. Publiquei os resultados deste projeto intensivo, em 1955, como o meu primeiro livro. Enquanto isso, ganhei outro concurso para se tornar professor de história, mas, graças a Friedmann, também fui selecionado como pesquisador integral em sociologia, onde eu estaria completamente livre para organizar o meu próprio grupo de pesquisa. Friedmann me disse muito gentilmente: se você tiver sucesso nesse difícil “concurso”, eu consigo um emprego de pesquisador para você e se você não conseguir, eu vou fazer o mesmo, porque precisamos de uma nova geração de pesquisadores.

Depois de alguns anos no Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica (CNRS), passei um ano nos EUA - Harvard, Columbia e Chicago - e mais um ano no Chile, onde eu criei um centro de sociologia industrial e, mais importante, me casei com uma jovem bióloga chilena. Foi quando então, com 34 anos de idade, que fui eleito professor titular na École des Hautes Études en Sciences Sociales - que tinha um nome diferente naquela época -, onde passei o resto da minha vida profissional, exceto por vários anos na América Latina e vários semestres gastos na UCLA, Berkeley, e na New School, em Nova Iorque.

Em 1966, minha hostilidade permanente para com o sistema acadêmico oficial levou-me a juntar-se a nova universidade de Nanterre, que tinha sido fundada perto de

>>

Paris. Eu não sabia que iria passar alguns anos no centro do movimento estudantil na Europa, que foi rapidamente se transformando em um grande drama cultural e político. Das pessoas que escreveram livros sobre o assunto, eu acho que o meu foi o mais profundamente favorável, uma vez que tomei o movimento como o exemplo mais importante, após o Movimento Liberdade de Expressão, em Berkeley em 1964, dos novos movimentos “culturais”, em vez de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, eu enfatizei as contradições entre este movimento cultural e o antigo movimento marxista e, especialmente, o trotskista e as ideologias maoístas, que o interpretaram em termos políticos. Essa contradição, eu disse, era, como derramar vinho novo em odres velhos. Assim, isto me trouxe conflitos tanto com os professores conservadores quanto com os grupos políticos de “esquerda”. Mas eu estava em profundo acordo com Daniel Cohn-Bendit, anarquista e anti-comunista muito influente em Nanterre, onde eu estava lecionando.

Tornei-me rapidamente convencido de que a maioria das formas de comportamento coletivo não pode ser definida em termos de concordância ou divergência com leis, costumes e valores dominantes. Isso me levou a desenvolver duas iniciativas diferentes. A primeira consistiu em estudar o comportamento coletivo através da participação – em vários casos, eu passei um ano inteiro com membros de um movimento social ou político sem o uso de questionários, mas ao invés disso, organizando debates entre ativistas e seus apoiadores, bem como seus inimigos. Foi desta forma que eu estudei o movimento estudantil, dez anos após Nanterre, o movimento Anti-Nuclear, um movimento nacionalista de base regional, os trabalhadores sindicalizados em diferentes setores da economia, o movimento polonês Solidariedade de 1980-1981 – que se tornou a nossa maior alegria –, e os trabalhadores sindicalizados nas minas de carvão e siderúrgicos chilenos. Mais recentemente, junto com um amigo, dediquei bastante tempo ao estudo do movimento zapatista em Chiapas, no sudeste do México. Em cada caso, tentei fazer os participantes do movimento conscientes do mais alto significado possível de seus conflitos.

Esta abordagem foi claramente contrária aos estudos funcionalistas que consideravam atores e sistemas como dois lados da mesma moeda. Pelo contrário – esta foi a minha segunda iniciativa teórica – tornei-me mais e mais convencido de que a lógica do sistema social e a lógica dos atores sociais, ou pelo menos a lógica daqueles cuja ação atingiu o maior nível de intervenção inovadora e crítica, são diretamente opostos um ao outro. Sistemas procuram a sua própria integração e ajustes à mudança externa ou interna, enquanto que os atores querem aumentar a sua própria liberdade de ação, a sua autonomia, a sua dignidade e a sua responsabilidade. Certamente, muitas vezes acontece que as duas lógicas convergem para o mesmo tipo de escolhas. Mas, nas sociedades em que os sistemas internos de controle são relativamente fracos e cujo ambiente está mudando constantemente, as duas lógicas

muitas vezes entram em contradição, apesar da constante criação de novas formas de manipular a opinião pública. A globalização, por si só, aumenta a complexidade e, como consequência, a presença de múltiplos conflitos dentro de qualquer setor da vida social.

Todos nós sabemos que a sociologia foi criada em sociedades industriais, isto é, em sociedades com uma enorme capacidade de transformar seu ambiente e a si mesmas através da criação de novas formas de produção, organização, distribuição e consumo, ou seja, usando métodos e recursos sociais e econômicos. Naquele momento, pela primeira vez, as sociedades se viam como capazes de criar e transformarem a si mesmas. Isso foi magnificamente expresso pelo postulado principal de Durkheim: explicar os fatos sociais por fatos sociais.

Uma segunda categoria de transformações, igualmente importantes, refere-se a racionalização e mercantilização que agora dominam não apenas a produção de bens, mas também impõem a sua lógica em comunicações e representações, de modo que os atores sociais e econômicos são eliminados destes novos e imensos campos. Atores se tornaram menos poderosos, na medida em que eles só possuem uma racionalidade instrumental.

Hoje, a nossa principal tarefa é compreender as situações sociais e os atores sociais que são profundamente diferentes daquelas das sociedades industriais. Por um lado, há a ascensão de regimes autoritários e, por outro, o capitalismo industrial ocidental foi substituído, pela primeira vez em 1929 e depois novamente em 2007-8, por um capitalismo financeiro que não tem nenhuma função econômica, mas apenas dar lucro através de todos os meios possíveis. Atores só podem resistir ao poderoso capital especulativo e à busca do lucro puro defendendo os valores éticos universais. Enquanto a noção de direitos humanos não capturou nosso imaginário durante o longo período do pós-guerra, vemos agora que os Direitos Humanos e a Democracia são os únicos valores que parecem ser capazes de mobilizar forças sociais e políticas suficientes para se oporem a regimes autoritários anti-democráticos e ao capitalismo especulativo.

Estamos o mais afastado possível da identificação – típico da sociedade industrial – de atores com sistemas. O século 21 começou em 1989 com a queda do Muro de Berlim e com a manifestação em massa na Praça Tiananmen, em seguida. Mais tarde, veio a Primavera Árabe. O espírito democrático em todos os lugares recebe o apoio de novas forças. Recentemente, eu tentei analisar esta mudança geral de abordagem em um longo livro chamado *The End of Societies*, que remete para o final de “sociedades” que pensavam e agiam em si mesmas. Os próprios sociólogos devem reconhecer que o conceito de sociedade já não corresponde ao mundo em que vivemos. Assim, enquanto a própria sociologia poderia muito bem ser rebatizada de “ética política”, as ciências sociais não vão desaparecer. ■

# > Uma conversa entre direito e sociologia

Por **Kalpana Kannabiran**, Conselho para o Desenvolvimento Social, Hyderabad, Índia. Membro do Comitê de Programa da ISA para o Congresso Mundial de Yokohama em 2014 e membro do Comitê de pesquisa da ISA sobre Mulheres e Sociedade (RC32).

**Kalpana Kannabiran** é professora de sociologia e diretora do Conselho para o Desenvolvimento Social, Hyderabad, instituto de pesquisa autônomo apoiado pelo Conselho Indiano de Pesquisa em Ciências Sociais. Ela foi honrada com o prêmio para Pesquisa Rao VKRV no campo dos Aspectos Sociais do Direito em 2003. Foi parte do corpo docente fundador da NALSAR Universidade de Direito, onde lecionou sociologia e direito por uma década, 1999-2009, e é co-fundadora do Centro Asmita de Recursos para as Mulheres, criado em 1991. Seu trabalho focou na compreensão dos fundamentos sociais da não-discriminação, violência contra a mulher e questões de constitucionalismo e justiça social na Índia. Seu livro mais recente é *Tools of Justice: Non-Discrimination and the Indian Constitution* (Routledge, New Delhi, 2012). Em 2012, Kalpana Kannabiran recebeu o prêmio para ilustres cientistas sociais, Amartya Sen, por seu trabalho no ensino do direito.



Kalpana Kannabiran.

**E**u comecei a estudar sociologia no nível da graduação, em Hyderabad, no final dos anos de 1970, mas não foi uma escolha informada. A combinação de temas – economia, sociologia e geografia – pareceu interessante de um modo vago e diferente da literatura, psicologia e filosofia, as quais eu tinha certeza que não queria estudar. Em certo sentido, foi uma escolha “por eliminação”. Fiz minha graduação em uma universidade pública estadual – Nizam College, Osmania University –, de lá fui para a Universidade de Hyderabad, fazer o mestrado, depois fui, finalmente, para a Jawaharlal Nehru University fazer o doutorado em sociologia. O ensino na graduação, em minha época, era inimaginavelmente sem imaginação, como tende a ser nas universidades estaduais, mas assim também o era o programa de mestrado.

Felizmente, em meu segundo ano de bacharelado, me envolvi em um grupo feminista, Stree Shakti Sanghatana, participando em campanhas contra a violência doméstica e estupro. Eu estava também começando a aprender sobre os movimentos para as liberdades civis, os quais lutavam contra a impunidade do estado na era pós-emergencial, ou seja, entre 1977 e 1985. Também tive a sorte de ter uma visão de dentro do movimento para as liberdades civis, pois meu pai era advogado e presidente da Comissão para Liberdades Civis de Andhra Pradesh e depois tornou-se presidente da União Nacional para Liberdades Civis. Minha mãe, escritora feminista e poeta, foi uma voz crítica do movimento de liberdades civis, ao mesmo tempo em que provia apoio vital à sobreviventes e dissidentes políticos que continuavam indo à nossa casa. Ela também era parte do Stree Shakti Sanghatana e é co-autora do *We Were Making History: Life Stories of Women in the Telangana People's Struggle*.

Essa experiência de testemunhar diretamente os efeitos da violência de estado, e a resistência a este, refletiu

no meu entendimento da sociologia como possibilidade de compreender a sociedade de maneira diferente. Desde aquele momento, quando eu comecei a olhar para a sociologia de uma maneira séria, ela esteve sempre ligada a uma compreensão do direito e a um comprometimento com políticas radicais. Não como sociologia do direito, mas sociologia e direito como disciplinas completas que devem conversar uma com a outra, de maneiras que permitam uma compreensão mais nuançada da justiça. Numa virada irônica, esta conexão foi reforçada para mim pelas mortes “acidentais” da minha supervisora de mestrado (tinha cerca de trinta anos na época) e de seu marido (também professor no mesmo departamento) em um incêndio na casa deles, o qual foi testemunhado pelo filho de dois anos. Eu fui sua primeira e última estudante pesquisadora, além de amiga. A existência de uma discórdia doméstica era bem conhecida, assim como era também o estresse extremo pelo qual minha supervisora vinha passando. Não havia nada em todas aquelas aulas de sociologia da família que me preparasse para ao menos entender isso. O enfrentamento foi possível somente devido ao meu engajamento com causas fora da universidade, embora meus professores fossem sempre atormentados pelo meu “ativismo”.

Meu envolvimento nas políticas de organização e minha experiência no direito, relacionados às deliberações e estratégias de interpretação dos tribunais, me levaram desde cedo a olhar para à jurisprudência, a constituição e debates da assembleia constituinte, além dos debates legislativos. Mas eu estava interessada também em explorar as possibilidades de um constitucionalismo popular e transformador: como movimentos sociais e políticos representam a constituição nos tribunais e fora dele? Como os movimentos são organizados em torno do constitucionalismo? Quais trajetórias legislativas os movimentos abriram e como eles moldam os movimentos de uma maneira dialética? O *Ato das*

*Tribos designadas e outros moradores florestais tradicionais (Reconhecimento dos Direitos Florestais)* de 2006 é um exemplo. A relação de mão dupla na qual os movimentos forçaram a manutenção da constituição contra um estado negligente, e a confiança do estado nos movimentos para o conhecimento em relação à legislação e governo responsável trazem possibilidades de pesquisas interessantes, como os recentes esforços que vieram à tona depois de dezembro de 2012, em torno de uma nova lei sobre o abuso sexual. Colocando de forma diferente, se colocássemos a justiça no centro do empreendimento sociológico, o estudo do direito criaria condições que permitem o projeto sociológico.

Eu não estava, é claro, satisfeita em olhar para a lei como socióloga, pois como co-fundadora de um coletivo feminista, Asmita, em 1991, eu era uma conselheira *pro-bono* para mulheres sobreviventes de violência doméstica e estupro. Mesmo um doutorado em sociologia e um entendimento do direito não me ajudaram a encontrar respostas de advogados que representavam casos. Para dismantelar a incapacidade que um muro profissional impõe, eu estudei direito e obtive diplomas graduados – um bacharelado e depois um mestrado em jurisprudência. Recusei-me a praticar a advocacia, mas eu podia agora entrar em tribunais para explorar um senso comum diferente (constitucional) entre advogados, juízes, litigantes, estudantes de direito – o que ampliou a compreensão dos direitos fundamentais para além das inflexibilidades e reducionismo do direito constitucional, como era praticado. Em vez disso, eu me concentrei na redução do sofrimento e da dor de pessoas e comunidades que eram particularmente vulneráveis.

Por outro lado, eu fiquei impressionada com o quão pouco sociólogos entendem o direito, embora uma gama de preocupações sociológicas sejam muito próximas aos campos do direito formal e consuetudinário.

&gt;&gt;

Apesar dos primeiros antropólogos e sociólogos ocidentais analisarem de perto a relação entre o direito e a sociedade, e suas transições – Malinowski, Durkheim e Weber sendo os exemplos mais óbvios –, a sociologia na Índia permaneceu um território fechado em vários níveis, como em minha educação e em meus primeiros anos fazendo pesquisa e escrevendo. Uma grande parte da prática da sociologia na Índia, por exemplo, tem se centrado nas “castas” – e muitos destes trabalhos têm reproduzido ideologias e estruturas de dominação ao situarem a teoria dentro da experiência dos dominantes e derivando sua lógica deste ponto de vista. Levou muito tempo para mudar esta situação, mas hoje, finalmente, vemos a emergência de um argumento diferente nas salas de aula e revistas.

Meu próprio trabalho se afasta destas convenções. Assim, uma parte volta-se para a emergência histórica da jurisprudência criminal e como o seu desenvolvimento durante o período colonial levou a debates contemporâneos sobre a agressão sexual, a prostituição, a pena de morte e a criminalização da homossexualidade e de transexuais. Uma sociologia calibrada com direito proporciona uma exploração de políticas de legislação, tribunais e estratégias interpretativas; isto avança uma profunda compreensão dos mecanismos sintetizados pelos quais as ideologias de dominação se infiltram no direito processual na jurisprudência, derro-

tando direitos fundamentais mesmo quando aparentam mantê-los; e, é claro, isto examina a relação entre ‘lugar social’ e acesso à justiça.

Uma segunda linha, relacionada à primeira, tem sido meu interesse em investigar a violência. Enquanto eu explorava os domínios do gênero, casta, deficiência e minorias (sexuais e religiosas), meu trabalho esteve em torno do entendimento da relação entre discriminação, perda de liberdade e violência. Tenho particularmente me interessado em estratégias teóricas que podem abrir caminhos para uma mudança na interpretação constitucional pelos tribunais, olhando, por exemplo, para as diferentes formas que a falta de liberdade afeta diferentes grupos que sofrem discriminação – intocáveis (casta), controle sexual (mulheres), dispersão forçada (tribos), violência de genocídio e processos de formação de guetos (minorias religiosas) e a recusa em impor barreiras de livre acesso como uma norma (pessoas com necessidades especiais). Como a ideia de transformação social simultaneamente acomoda os quadros institucionais de violência revolucionária, a pacificação de Gandhi e a resistência de Ambedkarite à casta? Como um arquiteto da constituição e um filósofo anti-casta, Ambedkar é uma figura influente que tem sido marginalizada pelo *mainstream* acadêmico. Como podemos recuperar uma história intelectual que se voltará para as preocupações intelectuais?

A questão da justiça – colocada pela sociologia e o direito como disciplinas entrelaçadas – traz duas ideias que são particularmente relevantes: a primeira é a ideia de Ambedkar de que a moralidade constitucional deve substituir a moralidade pública – um conceito que esteve enterrado por seis décadas até ser ressuscitado pela alta Corte de Delhi, em 2009, no seu discurso sobre os direitos sexuais de minorias no caso da fundação *Naaz*. Ambedkar somente esboçou isso. Quais são seus contornos e como essa ideia pode ser desenvolvida para promover o espaço da justiça dentro das ciências sociais? Este apelo à ideia de Ambedkar em si mesma desvela a importância de fazer impossíveis ou inimagináveis conexões em nossa exploração de justiça. O segundo foco, o qualacho fascinante, são os usos da ideia de insurgência – desobediência, crítica e reflexividade – em consubstanciar o campo da moralidade constitucional e justiça, de forma mais geral. Essa é a visão que dirige movimentos de transformação social e que provém uma estrutura para lutas radicais em diferentes frentes. Ela contém o potencial para interpretações subalternas acerca da moralidade constitucional por comunidades que enfrentam injustiças históricas e seus defensores– interpretações que são subversivas por definição. ■

# > Quarenta anos após o golpe chileno

## Uma Entrevista com Manuel Antonio Garretón

### Parte 2: Os desafios da transição democrática



Manuel Antonio Garretón apresentando ao público o Manifesto por uma Nova Constituição, Junho de 2013.

**A** entrevista com Manuel Antonio Garretón continua com um foco sobre o legado da ditadura para a política democrática. Além de suas múltiplas atividades acadêmicas, o Professor Garretón levou uma intensa vida política, começando com a sua eleição para Presidente da União dos Estudantes da Universidade Católica, em 1964. Durante a ditadura, escreveu e ensinou para além da academia, formando novas gerações que, caso contrário, teriam pouco acesso à uma educação e informação pluralista. Ele estava ativamente envolvido na reconstrução do projeto democrático socialista, tornando-se um membro do Comitê Central do Partido Socialista. Após a ditadura, participou em debates públicos sobre a transição para a democracia, foi assessor do primeiro-ministro da Educação, Coordenador da Comissão de Cultura e membro da Comissão de Ensino Superior. Nos últimos anos, ele tem se empenhado na promoção de uma nova Constituição. Sua vida política foi sempre nutrida pelas perspectivas intelectuais de um cientista social.

**MB:** Na parte anterior da entrevista (DG3.5), você estava falando sobre as falhas de Salvador Allende e da Unidade Popular, especialmente as falhas teóricas que contribuíram para sua queda. Voltemo-nos agora para a queda da ditadura. Como isso pôde acontecer? Como isso aconteceu?

**MAG:** Vamos começar com um esclarecimento: as falhas ou problemas da Unidade Popular não causaram a queda, mas a conspiração do direito civil e a intervenção dos militares, tudo isso com o apoio dos EUA. Em 1980, a ditadura introduziu uma Constituição completamente nova que gerou duas ordens políticas; uma de '80 a '88 e outra após 88. A primeira foi a cristalização da ditadura, mas com uma Constituição. A segunda foi destinada a ser um regime civil estritamente autoritário com veto militar, o que é chamado de democracia restrita, democracia protegida – o que quiser. Mas, para ir de um para outro, e para manter o mesmo

>>

líder no poder - que é Pinochet - você precisava ter algum mecanismo.

**MB: É aí que entra o papel do plebiscito, certo?**

**MAG:** Sim, eles escolheram o mecanismo de um plebiscito, mas isso criou um problema. A oposição desenvolveu capacidade organizacional considerável, em primeiro lugar, para resistir e manter as organizações e pessoas envolvidas, e, em segundo lugar, em conectar diferentes setores da oposição um ao outro e aos setores sociais, em um contexto de rápida transformação estrutural, de sindicatos enfraquecidos, e assim por diante. A crise econômica de 1982-1983 iniciou um ciclo de mobilização que teve o efeito de reunir as pessoas, superar o medo e a formação de uma aliança política, mas sem nenhuma ideia de como se livrar da ditadura. Ao mesmo tempo, os comunistas, que não faziam parte da oposição socialista, queriam se livrar da ditadura através de insurreição. Sua tentativa de assassinar Pinochet falhou. Até a ditadura chamar o plebiscito para manter Pinochet no poder, a oposição não tinha estratégia clara. Apesar de ter sido uma decisão muito difícil, a oposição decidiu contestar o plebiscito. Como um dos apoiantes civis de direita da ditadura reconheceu, o plebiscito era um grande erro do regime, uma vez que o jogou nas mãos da oposição. A única coisa que sabiam fazer era ganhar eleições!

Apesar de todos os truques e recursos de poder do regime, a oposição venceu. Assim, o mecanismo que a ditadura escolheu para perpetuar a si mesma, provou ser sua ruína. Quanto à oposição, desde que tudo era apenas uma questão de conseguir sair do “não” voto, não importava que não tinham nenhum programa para o futuro.

**MB: Essa é uma forma estranha de uma ditadura terminar, cometendo suicídio. Quais foram as consequências da via plebiscito para a democracia?**

**MAG:** Uma das consequências era livrar-se da ditadura, mas não do seu quadro institucional ou do seu modelo econômico. Isso é muito importante. É o único país do mundo que, depois de uma longa ditadura, com uma Constituição criada pela ditadura, ainda não criou a sua própria constituição. É o único caso na América Latina de uma transição para a democracia em que não houve Assembleia Constituinte.

Mas isso não era inevitável. Depois de vencer o plebiscito e depois das eleições, a coalizão governista, a Concertación, poderia ter ido mais longe para mudar o sistema político, sem medo de regresso autoritário.

**MB: E a partir de uma tal mudança no sistema político poderia ter avançado com a mudança no modelo econômico neoliberal?**

**MAG:** Você não pode mudar o modelo econômico sem an-

tes mudar a política. Por exemplo, você não pode nem criar uma empresa do Estado sob a presente Constituição. Lembre-se que este é o neoliberalismo mais puro - mais puro do que Thatcher - porque foi realizado sob a ditadura. Agora, depois de 20 anos, você tem o que chamo de armadilha-sucesso da Concertación, que ganhou 19 eleições, mudou-se o país de US \$ 5.000 per capita para US \$ 15.000 per capita, e, como outro sinal de progresso, hoje 70 % dos estudantes universitários têm pais que não têm ensino superior. Isso equivale a uma enorme transformação.

Assim, a Concertación diz “escutem, nós não fizemos mal”. Tem sido um grande sucesso. Então, por que deveríamos fazer quaisquer alterações fundamentais? Por que devemos mudar a Constituição? Democratizamos o Chile e essa foi, de fato, uma transformação muito importante. Além disso, eles afirmam ter corrigido o neoliberalismo. Mas ao corrigi-lo, eles o consolidaram e restabeleceram a sua legitimidade. Em outras palavras, eles não conseguiram quebrar os laços desta sociedade transformada por Pinochet, do modelo sócio-econômico da ditadura e seu regime não-democrático. O governo pode ser democrático, a política pode ser democrática, mas o regime não é democrático.

**MB: O que você quer dizer com isso? O que significa ter uma política democrática no âmbito de um regime não democrático? Parece uma fórmula leninista!**

**MAG:** Quero dizer, em primeiro lugar, que a Constituição nunca foi democraticamente aprovada. Portanto, não é legítima em suas origens. Mas segundo, a Constituição estabeleceu um sistema político em que a minoria que apoiou a ditadura tinha poder eleitoral igual a maioria que era contra. O sistema eleitoral torna muito difícil para um eleitorado eleger dois candidatos do mesmo partido, mesmo que o partido ganhe a maioria dos votos. E assim, os membros do Congresso são sempre divididos igualmente entre dois blocos, mas para mudar a Constituição é necessário uma maioria de 75%. Portanto, é impossível. Para que, afinal, serve a Constituição? É para manter o modelo econômico. Ela tem uma linha sobre o direito à vida e três páginas sobre os direitos de propriedade.

**MB: O que é tão ruim acerca da ordem socioeconômica? Quando todos estes indicadores apontam para que seja um sucesso.**

**MAG:** Eu acho que é um completo fracasso. Nada do que é bom é devido ao modelo econômico. É devido ao preço do cobre, para as políticas da Concertación em atacar a pobreza. Resolver a crise econômica não está no modelo, mas nas políticas contra-cíclicas do governo.

**MB: Então, o modelo não é tão ruim, é sem efeito?**

**MAG:** Não, não. Na década de 70 o Chile teve a segunda distribuição de renda mais igual na América Latina. Em 2000, teve a segunda distribuição de renda mais desigual

após o Brasil (com o Uruguai sempre o mais igualitário). A distribuição de renda, na Suécia, antes de impostos, é mais desigual do que no Chile, mas depois de impostos, a distribuição de renda no Chile é uma das piores do mundo enquanto na Suécia é de uma das melhores. Em segundo lugar, não há nenhum outro sistema educativo mais segregado do que o chileno, seja por bairro, classe, renda, ou qualquer outro marcador. Em 1970, com certeza, havia menos alunos que estudavam, mas, por outro lado, 75% estavam no sistema público, hoje esse número é inferior a 35%. Então você não tem uma sociedade, você tem um mercado com alguma correção pelo Estado. Há uma importante ruptura entre a política e a sociedade. Se os chineses e o cobre desaparecem, o país vai desaparecer. O modelo é baseado nas exportações, em mercadorias, e sobre a dívida das pessoas. Tem as piores leis de relações de trabalho no mundo. Você tem 8% da força de trabalho em negociação coletiva. É o único país sem uma política para os povos indígenas, os Mapuche. E é um país que ama a medicação anti-depressiva.

**MB: Mas você não estava dizendo antes que a pobreza foi erradicada ?**

**MAG:** Se a medida padrão é usada, a pobreza caiu de 50% sob a ditadura para cerca de 15% . Mas, você sabe, as pessoas que estão acima da linha de pobreza hoje podem estar abaixo da linha da pobreza amanhã. Não há nenhum sistema público de proteção social.

**MB: OK. Você provou seu ponto. Agora devemos nos voltar para o movimento estudantil. Até que ponto ele reflete essas desigualdades? E até que ponto é que os estudantes têm um projeto político próprio?**

**MAG:** Há diferentes interpretações do movimento estudantil. Há aqueles que dizem que é um movimento típico da classe média. Os estudantes estão descontentes porque eles têm muito e tudo que eles querem é mais. O descontentamento é uma dimensão crucial de qualquer movimento social, mas não explica nada. Se, estamos a falar de descontentamento, então devemos falar dos pais que estão mais infelizes porque têm que se endividar para pagar as mensalidades dos filhos.

A demanda mais significativa dos alunos tem sido por uma educação pública, que inclui três elementos. Primeiro, o sistema de educação pública deve ser majoritário e hegemônico. Você pode ter um lugar para o ensino privado, mas deve ser regulamentado. Em segundo lugar, a lei deve proibir as escolas sem fins lucrativos, e proibir o atual sistema em que o Estado subsidia o lucro privado de empresários no sistema escolar e até mesmo no ensino superior. A terceira exigência é para a educação pública superior gratuita e sem subsidiar o ensino superior privado.

Mas não se pode fazer educação gratuita para todos, sem uma profunda reforma tributária. Se os filhos da bur-

guesia receberem educação superior gratuita, como todo mundo, isto só pode acontecer porque eles estão pagando por isso em impostos pesados. Isso significa mudar o modelo econômico, que por sua vez exige a mudança do sistema político.

**MB: Então você está dizendo que esta é uma demanda revolucionária?**

**MAG:** Eu diria exigência fundamental, diferente de demandas por melhores condições . Parece-me que o movimento estudantil no Chile tem o mesmo papel, sem ter acesso ao governo ou partidos, que os movimentos na Venezuela e na Bolívia, ou seja, de quebrar a relação entre Estado e sociedade que herdou das ditaduras. Nesse sentido, é “revolucionário”, mas não é revolucionário no sentido de método. O outro aspecto fundamental do movimento estudantil é que, na minha opinião, é o primeiro movimento social na história do Chile contemporâneo, que não se baseia naquela imbricação histórica com o sistema político que eu mencionei acima.

**MB: Então, a educação privatizada é baseada em um modelo econômico que não pode ser alterado sem alteração da Constituição e do sistema político associado, e essa mudança, por sua vez, requer a reconstrução da relação entre a política e a sociedade. Mas, Manuel Antonio, quem pode, eventualmente, realizar esta ruptura - que já ocorreu no Brasil, Venezuela e Bolívia - que nos levará de uma sociedade de mercado pós-Pinochet para uma mais democrática?**

**MAG:** No Chile, todos os projetos históricos foram feitas por meio da conexão de partidos e movimentos: “industrialização” da frente popular ( comunistas , socialistas e radicais), “reforma agrária” de Democracia Cristã (movimentos eclesiais e camponesas) , “socialismo” pela Unidade Popular (socialistas, comunistas e outros partidos). A luta contra a ditadura foi feita pela Concertación e pelo Partido Comunista, mas hoje essa aliança não é suficiente para levar à democracia, o que exige o restabelecimento da ligação com os movimentos. Houve momentos em que isso parecia possível, mas eles falharam. Uma nova possibilidade está agora aberta com a recente eleição presidencial. Michelle Bachelet foi eleita com uma grande maioria, e o primeiro ponto em seu programa é uma nova Constituição. A combinação de sua promessa com a mobilização social poderia desencadear um processo constituinte democrático, participativo e institucional que poderia começar com um plebiscito. Uma nova constituição democrática e uma Assembleia Constituinte iria fornecer novas conexões entre política e sociedade, criando novos partidos e assim por diante. ■

**MB: Manuel Antonio, foi incrível - você cobriu os 40 anos desde o golpe! Foi um total aprendizadopara mim, assim como será para os nossos leitores. Muito obrigado.**

# > Uruguai na vanguarda da América Latina

Por Felipe Arocena, Universidade da República, Montevidéo, Uruguai



Uma demonstração para legalizar a maconha fora do Palácio Legislativo, em Montevidéo.

**U**ruguai, um pequeno país de três milhões de pessoas, surpreendeu o mundo com duas leis aprovadas em 2013: uma permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo e outra legalizando a maconha. Se acrescentarmos uma terceira lei, aprovada em 2012, descriminalizando o aborto, não seria inadequado dizer que o país está agora na vanguarda do ocidente.

De acordo com o primeiro artigo da lei uruguaia de Casamento Igualitário, “o casamento civil é uma união permanente, por lei, de duas pessoas de sexos opostos ou do mesmo sexo”.

Em agosto de 2013, sob esta nova lei, vimos o primeiro casamento entre dois homens, seguido por outros entre homens e também entre mulheres. Além do Uruguai, existem mais dois países sul-americanos com legislação similar: países vizinhos, Brasil e Argentina. Além destes, somente doze outros países no mundo oficialmente aceitam o casamento gay: Suécia, Noruega, França, Espanha, Islândia, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Portugal, Canadá e África do Sul (a vasta maioria destes localizados na Europa ocidental). No México, nos Estados Unidos da América e Reino Unido, este direito existe somente em alguns territórios. Se,

seguindo a classificação de José Guilherme Merquior, aceitarmos que a América Latina é o “outro ocidente”, parece que o casamento gay é quase exclusivamente ocidental, certamente pela secularização mais pronunciada dessa região, seu processo de modernização e expansão de direitos.

A proposição da lei sobre a Regulação da Maconha foi aprovada em dezembro de 2013. De acordo com esta lei, “o Estado irá assumir a responsabilidade pelo controle e regulação das atividades de importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, produção, aquisição, armazenamento, comercialização e distribuição

>>

da *cannabis* e seus derivados.” Clubes de cultivadores de maconha e o cultivo domiciliar de até seis plantas por residência também serão legais. Nenhum outro país no mundo deu ao estado o controle público sobre a produção, distribuição e venda de maconha. Os resultados esperados são dois. Em primeiro lugar, distanciar os consumidores de maconha do tráfico de drogas – e da vitimização e violência que estão associados a ele. Em segundo, isso inaugura uma estratégia sem precedentes de combate ao tráfico de drogas. O presidente do Uruguai, José Mujica, afirma que se décadas de repressão não me-lhoraram o problema, chegou o momento de tentar novas soluções. Se o “laboratório” uruguaio mostrar resultados positivos, outros países da Organização dos Estados Americanos (OEA) – que estão já procurando alternativas – estarão mais propensos a pensar seriamente sobre a possibilidade de adotar uma abordagem similar.

Em 2012, o Uruguai também aprovou a Lei da Interrupção Voluntária de Gravidez, cujo segundo artigo diz: “o término voluntário de gravidez não será penalizado [...] durante as primeiras doze semanas de gravidez.” Nesta área, Uruguai é também um dos poucos lugares na América Latina a reconhecer o direito da mulher ao aborto (como Cuba, Guiana, Porto Rico e Cidade do México). Somente o desejo da mulher já provê base suficiente para todas as instituições de saúde do país realizarem o serviço. O parlamento já havia aprovado esta lei cinco anos atrás, mas o ex-presidente Tabaré Vázquez, um médico oncologista, vetou-a. Entre os argumentos em favor da lei, dois são centrais. Primeiro, o direito da mulher de decidir sobre sua gravidez, e, segundo, acabar com a rede de clínicas

clandestinas que realizam abortos e arriscam a vida de mulheres de baixa renda, que não podem pagar por procedimentos de maior qualidade.

Estas três leis foram aprovadas devido à decisão do partido Frente Amplio (Frente Ampla) que tem absoluta maioria no atual parlamento. Este partido do governo, na verdade uma coalizão de partidos e grupos variando do centro à esquerda, foi criado em 1971 e chegou ao poder em 2005, ganhando a reeleição em 2010. Entrementes, o apoio a estas leis de partidos da oposição variam. Enquanto o casamento igualitário tem amplo apoio de legisladores, as outras duas leis têm sido muito mais controversas, e quase metade dos legisladores se opôs a elas. Estas diferenças refletem padrões similares na população em geral.

Estas leis claramente refletem o governo de esquerda do país que está no poder, pelos últimos oito anos, com uma maioria legislativa que permite passar tais iniciativas no Congresso. Mas isto seria somente uma explicação superficial. De forma mais aprofundada, em nível sociológico, quais forças mais profundas da sociedade do Uruguai estão sendo expressas nestas leis? Como podemos entendê-las, em um país que geralmente se define como culturalmente conservador – e que tem uma das populações mais idosas do continente?

Há pelo menos quatro fatores relevantes. Primeiro, a sociedade uruguaia é uma das mais seculares do continente e provavelmente do mundo. Como o historiador Carlos Real de Azua escreveu, o Uruguai é a menor estrela no céu católico da América Latina. Segundo, o país já teve um período no início do século

vinte no qual adotou uma legislação considerada de vanguarda na época, eliminando a pena de morte (1907), aceitando o divórcio iniciado por mulheres (1913), determinando o trabalho diário de oito horas (1915) e aprovando o sufrágio de mulheres (1927). O país avançou tanto nas primeiras décadas do último século que muitos se alarmaram afirmando que estava tornando-se socialista. Terceiro, mesmo que a população seja comparativamente velha, uma grande proporção dela atingiu a maioria durante a revolução cultural, sexual e política da década de 1960. Quarto, o país está passando por um dos períodos mais positivos em muitas décadas: sua democracia política está completa (de acordo com todos os índices internacionais de democracias contemporâneas), a economia tem crescido a uma média de 5% ao ano nos últimos dez anos e a sociedade se tornou mais igualitária e menos pobre como resultado de fortes políticas sociais que redistribuem riqueza. O Uruguai está vivendo um período somente comparável ao início do século vinte, quando foi considerado como tendo uma das melhores condições de bem-estar do planeta.

É provável que, em um futuro próximo, muitos países ocidentais passem por medidas muito similares às aquelas descritas aqui, e, portanto, não é inexato dizer que o Uruguai está pavimentando o caminho para uma expansão mais geral de direitos. Ao mesmo tempo, estas leis podem enfrentar obstáculos severos, já que em muitos países com tradições culturais diferentes, elas seriam vistas como abominações. ■

# > Quão Pública é a Educação Pública do Uruguai?

Por **Adriana Marrero**, Universidade da República, Montevideu, Uruguai. Membro do Comitê de Pesquisa sobre Sociologia da Educação (RC04), Teoria Sociológica (RC14) e Mulher e Sociedade (RC32); e **Leandro Pereira**, Universidade da República, Montevideu, Uruguai



O Parlamento do Uruguai cercado por professores em protesto.

médio do qual cada aluno e cada professor em cada escola – atualmente, cursando o ensino secundário – recebe um computador portátil com acesso à Internet do Estado. Em honra da flor nacional (o *ceibo*) o “Plano Ceibal”<sup>1</sup> permite até mesmo os mais pobres de levar para casa seus laptops, onde eles podem usá-los para aprender, compartilhar e jogar.

Poderíamos supor que um sistema com tais características – público, gratuito e aberto, em um país com baixo crescimento populacional (0,19 % ao ano) e onde apenas 22% da população têm menos de 15 anos de idade, em uma área com um clima temperado e sem barreiras geográficas ou culturais – seria capaz de proporcionar uma educação inclusiva e resultados educacionais equitativos. Mas isso não acontece.

De acordo com o PISA de 2012 (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes), Relatório do Uruguai, “o Uruguai continua a mostrar uma desigualdade muito acentuada no desenvolvimento sociocultural. Enquanto 89% dos alunos que frequentam instituições de ensino em contextos socioculturais ‘muito desfavoráveis’ estão abaixo do Nível 2, apenas 13% dos alunos nos contextos ‘mais favoráveis’ ficam abaixo desse nível. A diferença entre os dois extremos é tão grande como os 170 no exame de Matemática, tornando o Uruguai um país de alta desigualdade educacional. Esse resultado tem sido uma constante ao longo dos quatro ciclos de exames do PISA em que o país participou”.

Para simplificar, as crianças mais favorecidas, em média, pontuam mais do que as médias na Noruega (489) ou nos Estados Unidos (481), enquanto a pontuação das mais pobres é muito inferior aos do Catar (376), Indonésia (375) ou

**H**á um país, o Uruguai, onde entre 80% e 90% dos estudantes de todas as idades frequentam o ensino público. Sim, público. O ensino privado representa não mais do que cerca de 15% – uma taxa que tem variado pouco historicamente. A educação pública é totalmente gratuita, da pré-escola à universidade, inclusive a níveis de mestrado e doutorado. Além de ser gratuito, o ensino universitário é de acesso livre, sem exames de exclusão ou cotas, de modo que qualquer graduado do ensino médio pode se inscrever. Ademais, apesar da religiosidade latino-americana, a educação pública uruguaia tem sido secular desde 1917 – e mesmo no século XIX, o ensino religioso foi uma opção que os pais podiam recusar. No Uruguai, as mulheres superaram os homens no desempenho escolar desde o início do século XX; hoje, elas têm níveis médios mais elevados de educação do que os homens. As mulheres também representam quase três quartos da universidade e de escolarização superior e um percentual ainda maior de graduados. Esse “paraíso” educacional foi o primeiro país do mundo a adotar o programa MIT “Um laptop por criança”, por inter-

Peru (368). Além do mais, dos estudantes de pontuação mais alta, 75% frequentam escolas privadas.

Se os resultados do exame PISA não são convincentes para o leitor - de fato, podem ser feitas objeções justificadas às comparações internacionais, mesmo se há menos em relação às comparações internas que o instrumento permite -, também podemos recorrer à informação gerada internamente no país. No Uruguai, em níveis mais elevados do ensino, os alunos mais pobres são progressivamente despojados - principalmente, devido às altas taxas de evasão escolar e repetência. De acordo com dados oficiais do Inquérito Domiciliar do Instituto Nacional de Estatística (2012), 95,3% das crianças de 6 a 11 anos frequenta a escola primária, 73,8% na faixa etária de 12 a 14 anos frequenta a escola secundária, e apenas 51,4 % na faixa etária de 15 a 17 anos o ensino médio. Finalmente, apenas 23,7% dos jovens com idades entre 18 e 24 anos frequenta a universidade. A desigualdade entre quintis com base em pontos de renda das famílias na mesma direção: em 3 anos, no quintil mais alto, nove de cada dez crianças frequentam a escola, enquanto que no quintil mais baixo a taxa é de apenas um em cada dois. Na idade de 22 anos, 57 % dos jovens no quintil mais alto frequenta a universidade, em comparação com apenas 9% no mais baixo.

Então, o que está errado aqui? Como é possível que um sistema educacional com base em princípios que procuram garantir a inclusão e a igualdade poderia ter resultados tão desiguais e exclusivos?

Acreditamos que o problema pode ser localizado no significado de “público”. A educação que o Uruguai chama de “público” realmente tem muito pouca conexão com a noção de “público” como é entendida em sociedades democráticas e pluralistas. Toda a educação formal, da pré-escola à universidade, é gerida por duas entidades autônomas: a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) e a Universidade da República - sendo que ambas são separadas da esfera da política formal. Embora haja um Ministério da Educação incluído no Poder Executivo, ele não tem praticamente nada a dizer sobre os assuntos educacionais. Mesmo que a Constituição estabeleça que “a soberania reside na nação”, como expresso em cédulas nas eleições obrigatórias a cada cinco anos, a vontade do povo uruguaio sobre a política de educação não pode encontrar expressão senão através da legislatura bicameral ou por intermédio do Poder Executivo - onde o Ministério da Educação tem suas mãos amarradas.

Enquanto isso, nas entidades que regem a educação - que têm enorme autonomia consagrada pela Constituição -, os interesses corporativos assumiram. A ANEP, que é responsável pela educação obrigatória e pela formação de professores, é governada por mecanismos que, juntos, contribuem para a diminuição da qualidade do ensino e travam o sistema em uma bolha auto-referencial e complacente. Por um lado, a formação de professores ainda

segue o modelo da escola tradicional, sem ser informada pela pesquisa. Por outro, as promoções são feitas com base na antiguidade simplesmente, sem quaisquer avaliações de desenvolvimento do professor ou de competitividade. A contratação de novos professores permanece fechada pelas próprias pessoas que dirigem a ANEP, que excluem expressamente o credenciamento de professores pelas universidades. Como se não bastasse, professores são quase impossíveis de achar ou de serem despedidos.

No ensino secundário - o verdadeiro gargalo do sistema educacional -, mais de um terço das aulas são perdidas devido a ausências de professores, e muitos, como 40% dos alunos, acabam repetindo de ano. O ensino primário, onde há menos absentismo dos professores, tem altas taxas de repetência também. Em 2013, a luta por salários mais elevados - que tem crescido acentuadamente desde que o governo de esquerda assumiu o cargo em 2005, tanto que o salário inicial de um professor hoje é mais do que o dobro de um professor universitário - tem deixado as crianças mais pobres sem aulas há mais de um mês no total. Isso não inclui outras greves que se opuseram às tentativas de reforma propostas por sucessivos governos do período pós-ditadura, incluindo os da esquerda. As escolas particulares, que são menos lenientes sobre as ausências dos professores, apesar de pagarem salários mais baixos do que os de escolas públicas, não sofreram esse tipo de ataque corporativo. A partir desta perspectiva, há pouco “público” sobre a educação uruguaia.

Ciente do apego uruguaio ao público como uma esfera mediadora entre a sociedade e o poder do Estado, e da grande importância da educação pública na formação da identidade uruguaia - e também da desconfiança dos cidadãos nos mecanismos de mercado<sup>2</sup> -, os sindicatos de professores têm contribuído para o que nós podemos chamar de “refeudalização”. Com gritos de guerra, brandindo a bandeira da “educação pública”, eles reivindicam o direito de sustentar, sem compromisso, os seus interesses corporativos - expressos em privilégios e regalias que promovem a irresponsabilidade em face da desigualdade educacional e violam o direito à educação das crianças que mais precisam. Reivindicando para si o direito de tomar decisões sobre a educação sem uma única concessão, os sindicatos negam a outros cidadãos o direito de criticar, debater e apresentar propostas. Assim, o Uruguai pode até aclamar sua educação pública, mas ela não é tão pública quanto parece. ■

<sup>1</sup> “Ceibal” (significa um grupo de ceibos) é a sigla para “Conectividad Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea” ou “Conectividad Educativa e Básico de Tecnología da Informação para a Aprendizagem Online”.

<sup>2</sup> Como ilustração, vale a pena lembrar como, em 1993, no meio de um processo de privatização que afetou o mundo inteiro, os cidadãos uruguaio votaram com uma maioria de 72% para revogar uma lei que permitiu a privatização de empresas públicas.

# > O Milagre do Uruguai

## A redistribuição e o crescimento do sindicalismo

Por **Marcos Supervielle**, Universidade da República, Montevidéu, Uruguai. Membro conselheiro da Comissão de Pesquisa sobre Trabalho da ISA (RC30), e **Mariela Quiñones**, Universidade da República, Montevidéu, Uruguai.

**“Melhorar a equidade na sociedade não teria sido possível sem uma forte vontade política”**

O segundo governo de esquerda no Uruguai, eleito em 2009, aprofundou suas políticas pró-trabalho por intermédio dos Conselhos de Salários e de um sistema tripartite para corrigir o salário mínimo para todas as categorias profissionais em todos os setores da economia. Ao fazer isso, ele desempenhou um papel estratégico na promoção de redistribuição de renda progressiva. Nos últimos anos, os salários reais cresceram 4% ao ano, e o salário mínimo aumentou em 250%. Antes da chegada do governo de esquerda, em 2004, o salário médio representava 6,5 vezes o salário mínimo, enquanto que hoje o salário médio é de apenas três vezes o salário mínimo. Ao contrário do senso comum que diz que as políticas redistributivas reduzem os níveis de emprego, a taxa de desemprego caiu de 13,7%, antes que o primeiro governo de esquerda chegasse ao poder em 2004, para cerca de 6,1%, em média, durante o seu segundo mandato.

Além disso, os postos de trabalho disponíveis durante esse período cada vez mais eram trabalhos decentes. O trabalho informal foi reduzido, aumentando os números inscritos na segurança social e ampliando o número de beneficiários de todos os direitos trabalhistas legais. O emprego em tempo integral, com benefícios – ou o emprego de boa qualidade –, cresceu de 55% de todos os empregados em 2004 para 69% em 2011. Nesse período, a juventude empregada também aumentou e os conflitos trabalhistas diminuíram. Para ter certeza, o último ainda flutua em conjunto com os ciclos das relações de trabalho – os dos funcionários públicos ligados a votos sobre os orçamentos públicos e os dos trabalhadores privados ligados às limitações do prazo de acordos coletivos de trabalho – mas, em geral, e a longo prazo, os conflitos trabalhistas diminuíram.

Tudo isso foi possível devido a uma situação econômica muito favorável, contrária a crise que ocorreu em países mais desenvolvidos. Essa bonança

foi condição necessária para melhorar a redistribuição social, mas não seria suficiente por si só. Melhorar a equidade na sociedade não teria sido possível sem uma forte vontade política, especialmente as políticas que tiveram consequências dramáticas, como a redução da pobreza de cerca de 40% a 12% da população e da pobreza extrema de 4,5% para 0,5%.

Como já observamos, um mecanismo social que tem desempenhado papel central nesse processo foi o chamado Conselhos de Salários. Esses conselhos, que tiveram uma longa história no Uruguai, foram reinventados pelo primeiro governo de esquerda, e ficaram enraizados como política em seu segundo mandato. O crescimento exponencial das taxas de sindicalização contribuiu para tornar as mudanças efetivas. Na verdade, a sindicalização cresceu cerca de 300% desde 2005, atingindo um total de 350 mil membros até o momento. Até o final de 2013, a central sindical prevê que esse número chegue a 380 mil, aproximadamente 12% da população do país, ou 24% da força de trabalho assalariada. Houve um enorme crescimento não apenas no número de membros, mas também na criação de novos sindicatos em setores onde não existiam antes, como em áreas rurais ou no trabalho doméstico.

Esse crescimento explosivo na atividade sindical teve várias consequências. Por um lado, gerou uma efusão de ideologias sindicais clássicas. Tradicionalmente, os sindicatos uruguaios permaneceram separados do Estado e das corporações, mas também de partidos políticos – pelo menos no sentido orgânico –, incluindo partidos de esquerda. A influência deste último foi operada pelas tendências esquerdistas de líderes que só poderiam chegar a tal posição através de eleições democráticas realizadas entre seus membros. Outra tradição do sindicalismo uruguaio é que cada empresa ou setor de produção tem sua própria união particular, transformando os sindicatos em micro-sistemas políticos, preocupados com questões locais, que poderiam ser muito divisivos na esfera política mais ampla. Como resultado, a união uruguaia central – O PIT-CNT – sempre conteve uma ampla gama de tendências sindicais, ainda que toda de esquerda.

Por meio dessas tradições democráticas, paradoxalmente, o sindicalismo perdeu algo de sua coerência política, como novos líderes, provenientes de baixo e não necessariamente alinhados com o esquerdismo histórico. No nível ideológico, em alguns setores, as correntes sindicais radicais surgiram e desenvolveram posições anti-

governamentais fortes. Em outros setores, a retórica corporativa prevaleceu, rompendo com as tradições que integravam as reivindicações do sindicato em uma estratégia política ampla para modernizar o país e melhorar as posições das fileiras mais baixas da sociedade. Essas novas tendências sindicais, que em determinadas situações se mostraram extremamente agressivas, já pareciam estar alterando a ampla organização do sindicalismo, gerando desafios para os velhos padrões e criando novas relações com o futuro governo. Na prática, um novo processo de reclamação corporativa se desenvolveu – e até mesmo tornou-se dominante em certos setores –, que está exclusivamente orientada para o aumento dos salários, sem vincular essas reivindicações à qualquer visão mais ampla do mundo, como tinha sido a tradição entre os sindicatos. Talvez, também estamos vendo uma nova esquerda, que opera dentro das estruturas sindicais tradicionais, ou, como outra alternativa, a criação de novas estruturas de uma nova visão da sociedade sobre a base do mundo do trabalho. ■

# > A Revolução agrária do Uruguai

Por **Diego E. Piñeiro**, Universidade da República, Montevideu, Uruguai.



Da criação de gado tradicionais ... à indústria de multinacional de celulose. Fotos por Emilio Fernández.

**E**m 2002, uma crise econômica e social profunda atingiu o Uruguai depois de vinte anos de reformas neoliberais sob a direção dos partidos tradicionais. Em 2005, o partido esquerdista “Frente Amplio” ganhou a eleição e começou a árdua tarefa de reconstruir o país. Nos anos seguintes, a economia cresceu no ritmo mais elevado do continente, enquanto as políticas redistributivas conseguiram reduzir a pobreza e a miséria a taxas sem precedentes. Muitas dessas conquistas se deram devido ao forte crescimento do setor agrícola, que passou por uma transformação estrutural profunda naqueles anos.

A estrutura da sociedade rural no Uruguai mudou pouco no decorrer do século XX. Na sua cimeira, estavam

os donos dos relativamente grandes rebanhos e estabelecimentos agrícolas que se dedicam à produção de commodities para exportação. Devido à formação inicial da agricultura capitalista, os trabalhadores assalariados forneceram uma grande parte da força de trabalho rural, mas, ao mesmo tempo, havia também um número considerável de produtores familiares (mais agricultores que camponeses) de origem europeia, que produziu alimentos para o mercado interno. No início do novo século, muito da estrutura social foi revolucionada em um processo contínuo que descreverei agora.

Desde o final do século passado há uma demanda crescente no mercado mundial por alimentos, fibras e matérias-primas para a produção de biocombustíveis. A inclusão de vastas

populações nas economias emergentes como novos consumidores elevou os preços desses produtos. Como produtor desses bens em alta demanda, o Uruguai sofreu um aumento da intensidade do uso da terra. O país combinou aumento da exploração de novas terras para cultivo de grãos e oleaginosas com um aumento na produtividade do gado, o que resultou no aumento da produção e das exportações de produtos agrícolas. A essas formas de produção – que podem ser consideradas mais tradicionais – é preciso acrescentar a florestal. Devido aos subsídios do governo, que começaram em 1987, há hoje mais de um milhão de hectares de florestas, com a madeira sendo processada por duas usinas de produção de celulose, construídas e operadas por empresas multinacionais. Outro ingrediente que afeta o equilíbrio relativo

>>



outro. Primeiro, as mudanças no marco regulatório facilitou a penetração do capital financeiro por meio de uma ampla gama de empresas agrícolas. Em segundo lugar, as mudanças organizacionais nas empresas, particularmente a construção de “empresas de rede”, capitalizaram os recursos para operar com flexibilidade contratual extraordinária. Em terceiro lugar, houve um aumento da terceirização do trabalho agrícola para empreiteiros que prestam serviços à maquinaria agrícola, ativando suas redes sociais para recrutar e gerenciar equipes de trabalho. Em quarto lugar, as mudanças tecnológicas, que vêm com a agricultura de precisão, aumentam a dependência dos produtores de sementes geneticamente modificadas com agrotóxicos e novas máquinas. Na área da pecuária, isso inclui a aplicação de vacinas, novos produtos para manter a saúde animal, confinamentos e assim por diante.

Ao mesmo tempo, a chegada de novas tecnologias de informação e comunicação (computadores, acesso à Internet, telefones celulares e etc.) alterou profundamente a gestão das empresas agrícolas. Essas tecnologias, combinadas com melhorias de infra-estrutura e expansão do uso de motocicletas, alteraram a organização da força de trabalho, vinculando os trabalhadores entre si e com as áreas urbanas, deslocando as fronteiras culturais entre “país” e “cidade”. Essa reconfiguração da estrutura da agricultura e da sociedade rural está criando novos atores e novas alianças, exigindo ainda mais investigação, especialmente em um país com uma longa tradição agrícola e que aspira melhorar sua democracia, sua equidade e sua sustentabilidade. ■

de diferentes formas de produção é o aumento dos biocombustíveis, liderado pela empresa estatal de petróleo.

O preço das terras fornece um claro indicador das mudanças no mundo agrícola. Durante a última década, o preço médio da terra aumentou sete vezes. Mas, para as maiores fazendas (ou seja, mais de 2.500 hectares), o aumento foi de doze vezes, levando os pequenos e grandes produtores a vender suas terras. O resultado foi uma crescente concentração e uma apropriação estrangeira de terras. Dados preliminares do mais recente Censo Agropecuário de 2011 mostram que, se no ano de 2000 havia 57.131 terrenos agrícolas, onze anos depois, apenas 44.890 permaneceram. Apesar de 91% dos 12.241 lotes que desapareceram tenham menos de 100 hectares de superfície, há indicadores que apontam para o deslocamento não só de pequenos agricultores, como nas décadas de 70 e 80, mas também dos proprietários locais de gado.

A consolidação de uma nova camada de proprietários de terras teve um impacto cultural indiscutível, não menos associado com o aumento da

participação estrangeira. Dados preliminares do mesmo Censo de 2011 mostram que, enquanto em 2000 90% das terras do Uruguai estavam nas mãos de indivíduos que viviam fisicamente no Uruguai, onze anos mais tarde esse número caiu para 54%. Até 2011, 43 % das terras do Uruguai estava nas mãos de “pessoas jurídicas”, principalmente “sociedades anônimas”, a maioria das quais cidadãs e empresas de outras nacionalidades.

Assim, passamos de uma paisagem dominada pela extensa exploração de produção animal a uma com vastas áreas de cultivo de grãos e floresta, a produção de biocombustíveis, o domínio das grandes corporações, a adoção de máquinas de grande porte, o êxodo gradual da população rural para as cidades e pequenos centros urbanos, a alta concentração de terras, a propriedade estrangeira, e assim por diante - a tal ponto de dizermos que hoje o mundo agrário parece completamente diferente do que era na última metade do século XX.

A mudança drástica na paisagem e na agricultura é resultado de vários processos que alimentaram um ao

# > A emergência da sociedade de máfia na Hungria

Por György Csepli, Universidade Eötvös Loránd, Budapeste, Hungria



Na capa da popular *Heti Világgazdaság* (*Economia Mundial*), o partido da situação (*Fidesz*) é retratado como uma máfia.

escalão bem informados, nenhum agente do processo esperou realmente a transição para a nova ordem. As pessoas comuns certamente não eram a favor da mudança e logo perceberam que as novidades do sistema, em particular o empreendedorismo e o desemprego, não lhes agradavam.

Entre os países que viviam no socialismo de Estado, a Hungria era conhecida por tolerar certo tipo de empreendedorismo na agricultura. De acordo com o livro de Ivan Szelenyi, *Socialist Entrepreneurs*, na Hungria socialista cerca de 10% da população estava envolvida em atividades que tinham uma aparência empresarial. O empreendedorismo, entretanto, no sentido do capitalismo ocidental, não era somente proibido, mas também considerado crime. A teoria de Szelenyi de “aburguesamento interrompido” se provou errada. Os empresários ex-socialistas rapidamente perceberam que, sob as novas licenças, o empreendedorismo era muito arriscado, e a maioria deles faliu. O

**M**ais de vinte anos se passaram na Hungria desde o *annus mirabili* de 1989, quando o socialismo de Estado repentinamente deixou de existir e deu lugar a um novo sistema baseado em princípios liberais. Foi quando uma transição para a economia de mercado e democracia começou. Como Michael Burawoy e Katherine Verdery

escreveram em sua introdução de *Uncertain Transition*, os observadores deste processo estavam divididos em suas interpretações, presos entre as grandes narrativas do “fim da história” e a “nova, desconhecida órbita da pós-modernidade”. A realidade acabou por ser bem diferente.

Exceto por alguns intelectuais radicais e núcleos comunistas de alto

>>

sucesso dependia das redes, mais do que dos talentos ou realizações. Muitos dos novos empreendedores pós-socialistas não derivam de antigos “empreendedores socialistas”, mas de quadros anteriores de alto escalão.

Muitos dos que vieram da classe trabalhadora ou de posições de classes médias ou baixas tiveram que enfrentar a probabilidade do desemprego. Um milhão e meio de ex-funcionários da falida economia de estado imediatamente perderam seus empregos como consequência da transição de uma “economia de escassez” para uma “economia de *superávit*”. As diferenças de renda e consumo entre as famílias mais ricas e mais pobres tornaram-se mais acentuadas, especialmente nos últimos anos. Populações marginalizadas, que incluem ciganos, populações idosas que vivem em áreas rurais remotas e moradores de rua, perderam toda esperança de alcançarem a sociedade em geral. Desigualdades étnicas e territoriais têm se sobreposto, resultando no surgimento de guetos no norte da Hungria. Discriminação e uma cultura de pobreza tornam a vida da minoria cigana miserável.

Além da insegurança material, existe um sentimento de insegurança epistemológica que emergiu com a abertura de espaços para a competição de ideologias e visões de mundo. O famoso agricultor Vaclav Havel, vivendo no socialismo, demonstrou que “viver uma mentira é viver uma mentira”. Não importa se eles estavam no poder ou se eram impotentes, aqueles que acreditavam no socialismo, assim como a oposição, estavam convencidos que a verdade e a falsidade eram categorias claras e estanques. Com a transição do partido único ao pluralismo político, a fronteira entre a verdade e a falsidade desapareceu – uma divisão que antes da transição parecia tão permanente. Desacostumados a escolher entre

verdades e mentiras concorrentes, as pessoas tornaram-se desorientadas. A liberdade de pensamento tornou-se um pesadelo para aqueles cidadãos que tinham medo de pensar.

Estes dois tipos de insegurança levaram a uma revolta democrática contra o liberalismo. Com a vitória esmagadora da Coalizão Nacionalista em 2010, a democracia devorou seus filhos. No 25º aniversário da transição, a Hungria poderia retornar ao socialismo de Estado, só que desta vez isto apareceria sob o disfarce do socialismo nacional.

De acordo com Bálint Magyar, a sociedade húngara hoje pode ser caracterizada como um estado de “máfia”, dividido em círculos fechados dentro dos quais os laços sociais são fortes, mas entre os quais os laços quase não existem. Ou, para colocar em termos sociológicos, seguindo Mark Granovetter, a preponderância de laços fortes deu terreno para o surgimento do estado de máfia que, por sua vez, tem inibido o desenvolvimento da organização social baseada em laços fracos. Como consequência, a ausência de organizações da sociedade civil baseadas em laços fracos restringiu a competitividade nacional e o crescimento da economia.

A fim de assegurar sua legitimidade, líderes do “estado de máfia” necessariamente recorrem à ideologia nacionalista. Pessoas de fora das máfias que controlam os mecanismos de redistribuição de bens e serviços tomam sua parte na redistribuição em bens simbólicos – a mensagem infinitamente repetida da ideologia nacionalista de que húngaros nascem como combatentes pela liberdade, lutando contra inimigos internos e externos que estão unidos em uma conspiração. O inimigo interno não precisa ser definido já que tem se mantido estável e bem conhecido por muito tempo, nomeadamente, os judeus. O inimigo

externo, entretanto, mudou já que não temos mais os turcos, austríacos ou soviéticos como alvos. O novo inimigo externo está agora situado em Bruxelas. A União Europeia se tornou o foco do ressentimento nacionalista húngaro. Paradoxalmente, ou talvez não tão paradoxalmente, a retórica anti-União Europeia finge ignorar os fundos que fluem para o país vindos de várias fontes da UE.

A máfia do estado produziu três grupos sociais. Um é o grupo dentro dos círculos fechados das famílias políticas que governam. O segundo consiste naqueles que acreditam e que estão dispostos a consumir a mensagem nacionalista do governo. Eles estão prontos para participar do Sistema Nacional de Cooperação, como é chamado pelo partido do governo. Existem algumas razões para este entusiasmo: um fervoroso anticomunismo, unidades de recrutamento de neófitos, experiências de injustiça dentro do regime anterior de socialismo de Estado ou simplesmente carreirismo. O terceiro grupo de húngaros consiste nos novos emigrantes, cujo número tem crescido nos últimos anos. De acordo com um estudo de Ágnes Hárs, são os mais bem educados, jovens, residentes da Transdanúbia Ocidental (que faz fronteira com a Áustria) e os provenientes do centro industrial do norte da Hungria que constituem a espinha dorsal desta emigração.

Para aqueles que permanecem na Hungria, entretanto, não existe outra saída da presente situação a não ser restabelecer algum sentido de confiança social, isto é, capacidade de desenvolver cooperação entre membros da sociedade que são estranhos uns com relação aos outros. A tarefa deve ser sair do cativo dos laços estreitos e criar novas comunidades baseadas nos laços fracos. ■

# > O destino de classe na Hungria contemporânea

Por Eszter Bartha, da Universidade Eötvös Loránd, Budapeste, Hungria.



Ruínas industriais abandonadas - onde antes havia exércitos de trabalhadores, agora há cães vagando. Foto por Balázs Gárdi.

A primeira pergunta que vem à mente é se o conceito de classe tem qualquer relevância na sociedade pós-industrial ou, ainda, o que a discussão acadêmica ganharia por trazer de volta a noção de classe. A carreira do conceito de “classe” na Europa Oriental esteve intimamente ligada ao desenvolvimento do socialismo de Estado, que proclamou a classe operária como a classe dominante.

O conseqüente e rápido colapso dos regimes comunistas em toda a região, em 1989, desacreditou as narrativas legitimadoras das histórias oficiais da classe trabalhadora. Os eventos daquele ano refutaram noções de uma equivalência simples entre posição de classe e consciência de classe, encontradas nas tendências dominantes do pensamento marxista. Enquanto em 1989 havia alguns intelectuais da Europa do Leste que ainda defendiam um socialismo democrático baseado no controle dos trabalhadores<sup>1</sup>, outros grupos, incluindo muitos dos reformadores, convocavam para uma “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo, e alguns para a criação de uma social-democracia baseada em uma economia mista com fortes sindicatos. Esperava-se também que a classe trabalhadora não fosse apoiar a restauração do capitalismo, ou mesmo uma alternativa coletivista reformista. Claro, essa expectativa se mostrou equivocada, e havia pouca resistência efetiva da classe trabalhadora contra a introdução de uma economia capitalista. Na verdade, não houve um único país na Europa Oriental onde os trabalhadores apoiaram qualquer tipo de alternativa socialista democrática para o sistema existente. E nem era o clima político e intelectual do Leste Europeu favorável para revisitar o conceito de classe após a mudança de regime: todas as formas de teoria de classe

eram consideradas totalmente desacreditadas, e a classe trabalhadora foi muitas vezes acriticamente associada com o passado do socialismo de Estado, na medida em que as elites intelectuais investiam em futuros baseados no “aburguesamento”, o que minimizou os papéis sociais e políticos dos trabalhadores da indústria.

Por que, então, é necessário repensar o conceito de classe na Europa Oriental? Ora, o projeto de “aburguesamento” prometeu ao povo uma rápida convergência com o padrão de vida das classes médias nos países capitalistas avançados do Ocidente e a manutenção do emprego e da segurança social universal de que gozavam antes sob o socialismo. Vinte anos depois do colapso do socialismo de Estado, o fracasso desse projeto tornou-se claramente visível para as massas. A privatização aumentou a desconfiança social, uma vez que o capitalismo pós-socialista criou, em todos os lugares, mais desigualdades sociais e materiais do que existira sob o socialismo de Estado. A contração drástica da indústria pesada resultou em desemprego maciço, enquanto o capital estrangeiro impôs concorrência desleal para as empresas nacionais, que necessitavam drasticamente de capital e investimentos em infra-estrutura. Autores ocidentais também criticaram o capitalismo neoliberal como um novo projeto “colonial” para a Europa Oriental<sup>2</sup>

No que concerne à questão sobre que tipo de novas posições estruturais o capitalismo pós-socialista criou na Hungria, podemos responder que – de acordo com as tendências ocidentais – ele enfraqueceu o setor industrial, ao mesmo tempo em que aumentou significativamente a participação do setor de serviços da economia. Além disso, a terceirização reforçou as desigualdades estruturais entre Oriente e Ocidente, o que explica a proporção relativamente baixa de capitalistas e a elevada proporção de trabalhadores não qualificados na Hungria, em comparação com a Europa Ocidental. Szalai argumenta que um modelo dual é necessário para descrever a sociedade húngara contemporânea, e faz uma distinção entre trabalhadores das empresas multinacionais e trabalhadores do setor doméstico. Estes últimos são mal pagos, “bricoleurs” fortemente explorados, muitas vezes informalmente empregados e vivendo com seu dinheiro contado, enquanto que os primeiros podem ser tidos como parte da nova aristocracia operária. Ao mesmo tempo, Szalai ressalta o caráter diferenciado da classe trabalhadora húngara, sua consciência de classe eminentemente superficial (ou mesmo inexistente) e a fraqueza dos sindicatos locais, que impedem o desenvolvimento de uma classe trabalhadora húngara “para si” e, é claro, a representação dos interesses trabalhistas<sup>3</sup>

No entanto, essas novas formas de desigualdade não foram institucionalizadas (muito menos sancionadas) pela sociedade húngara. “Esta economia de mercado nos expulsou”, foi o sentimento generalizado entre os meus entrevistados da classe trabalhadora. Os trabalhadores ficaram

desapontados com “este capitalismo”. Suas habilidades e seus conhecimentos foram rebaixados pelo novo regime e eles reconheceram que, embora as pessoas não fossem iguais sob o regime Kádár, as desigualdades sociais e materiais aumentaram significativamente desde 1989. Muitos dos meus entrevistados se queixaram de que seus filhos não podem competir com os filhos dos gerentes, médicos e advogados, que iniciam sua vida adulta com melhores chances (devido a cursos de línguas privados, aulas de esportes, escola de dança, campos de esqui etc.).

Essa crítica do novo regime não conseguiu, no entanto, traduzir-se em uma crítica anticapitalista propriamente dita. Normalmente, os trabalhadores ainda esperavam que o Estado protegesse os produtores nacionais da concorrência desleal de empresas multinacionais e viam o Estado forte e uma espécie de “terceiro caminho” do capitalismo nacional como uma alternativa positiva. Essa reação pode ser atribuída à falta de uma potente esfera pública anticapitalista, ao descrédito do termo “classe trabalhadora”, bem como a razões histórico-econômicas mais profundas, que conservaram o atraso da região.

No entanto, essas tendências húngaras também podem ser observadas nos países ocidentais avançados, como nos Estados Unidos: a corrupção política, a ampliação das divisões de classe, a expansão da classe baixa, o enfraquecimento dos sindicatos etc. Será que os países pós-socialistas estão segurando um espelho para o Ocidente, apontando para uma convergência global dos problemas sociais e econômicos *ao lado* das consequências políticas do rebaixamento de classe que reforçam ideologias étnico-populistas entre os trabalhadores? Tornou-se habitual argumentar que, na sociedade pós-industrial, com sua cultura corporativa, o talento, as realizações e a diligência decidem quem vai ascender, de modo que “a igualdade de concorrência” cria desigualdades ocupacionais e materiais *socialmente aceitáveis*. Essa foi também a ideologia do capitalismo pós-socialista, que trouxe tanta desilusão como o marxismo-leninismo oficial do início. Em primeiro lugar, a concorrência não é igual; em segundo, as grandes desigualdades sociais e materiais que a concorrência capitalista cruel gera não são mais aceitas pelo povo. De fato, muitos até aceitariam a autocracia em troca de maior justiça social; aqui, espero, é o Ocidente democrático que proporciona o espelho para o futuro do Oriente, e não o contrário. ■

<sup>1</sup> Na Hungria, a ideia de socialismo democrático sem o Partido Socialista Húngaro dos Trabalhadores (o antigo Partido Comunista) foi representada mais completamente pela União Alternativa de Esquerda (*Baloldali Alternativa Egyesület*). Após o fracasso de seu projeto político, a herança intelectual da escola foi mantida pela revista *Eszmélet* (Consciência), lançada em 1989. O intelectual mais internacionalmente conhecido desse círculo é Tamás Krausz.

<sup>2</sup> Para uma revisão da literatura, ver: Swain, N. “A Postsocialist Capitalism”. *Europe-Asia Studies*, 63:9, pp.1671-1695, 2011.

<sup>3</sup> Szalai, E. “Tulajdonviszonyok, társadalomszerkezet és munkásság”. *Kritika*, 33:9, pp.2-6, 2004.

<sup>4</sup> Para um resumo dessa pesquisa, ver: Bartha, E. “Something went wrong with this capitalism: Illusion and doubt in a Hungarian (post)industrial community”. In: Mathijs Pelkmans (ed.) *Ethnographies of Doubt*. London: I.B. Tauris, pp.191-225, 2012.

# > Sobre a (ir)responsabilidade das elites

Por **György Lengyel**, Universidade Corvinus, Budapeste, Hungria



O primeiro-ministro húngaro tem uma propensão para o esporte...

O primeiro-ministro húngaro tem uma propensão para o esporte, especialmente o futebol. Ele frequentemente termina seus discursos com “Para a Frente, Hungria!” - uma fórmula que ele emprestou de Berlusconi. O futebol húngaro não está bem hoje em dia. É a mesma situação da elite política, que está parecendo um pouco adoentada. No local querido da infância do primeiro-ministro, ao lado de sua casa provincial, um estádio está sendo construído com acesso através de uma planejada estrada de ferro de bitola estreita. Muitos não gostam disso. Outros não. Eles dizem: “Vamos ter or-

gulho do que acumulamos”. Na linha do que disse o vice-primeiro-ministro quando ainda era um político em uma cidade rural: “Se você não tem nada, é isso que você vale”.

Essa mentalidade podia ser encontrada na Hungria do período tardio do Estado socialista. A partir da década de 1970, depois de décadas de privações, as obrigações de entrega e coletivização forçada em tempo de guerra, a consolidação abriu o caminho para os indivíduos construírem seus ninhos através de uma simbiose entre o quase mercado da cooperativa e a propriedade familiar, a redistribuição e a segunda economia.

>>

Como resultado, as casas-armazém começaram a pipocar em aldeias húngaras. Muitas acabaram por ser difíceis de se aquecer e inconvenientes para se viver, mas elas funcionaram bem como bens de prestígio. Os bens de prestígio da atual elite dirigente são os estádios. Eles não precisam ser de propriedade da elite – basta que eles estejam associados com seus nomes, como as pirâmides, arcos triunfais e estabelecimentos culturais de outros países.

No entanto, o principal problema com a elite política húngara não é vaidade, ganância e falta de gosto. Temo que a consolidação da democracia húngara esteja em jogo - sendo esta a principal responsabilidade das elites políticas húngaras. Não é necessário ser elitista para ver que as elites têm um papel fundamental na concepção de alternativas sociais. E a elite política, aqui e agora, está apenas simulando ajustes às instituições democráticas, enquanto infringe normas em matéria significativas e de peso.

Duas dessas violações podem ser mencionadas brevemente. Uma delas é a denúncia do acordo entre a elite. A aceleração da substituição de elites antes da grande mudança contribuiu para um processo de transformação política que ocorreu rapidamente e sem grandes choques sociais. Isto, por sua vez, facilitou o acordo entre a elite do Estado socialista e as elites da crescente oposição democrática. As rodadas de 1989 constituíram um mecanismo de acordos de elite através do qual a estrutura de elite pareceu desenvolver um projeto consensual. Houve um amplo consenso em torno da adoção das regras da democracia parlamentar com liberdades básicas, o sistema multipartidário e o respeito à propriedade privada. Os atores aceitaram a legitimidade uns dos outros e as regras do jogo. Que frações da elite política, seguindo interesses partidários, muitas vezes reescrevessem as regras de operação da elite unificada consensualmente ou negado a legitimidade de seu rival pareciam episódios perturbadores, mas menores, que poderiam ser con-

venientemente ignorados ou deixados de lado.

O outro exemplo de infração de normas refere-se às doações arrecadadas durante as campanhas eleitorais que excederam exorbitantemente os valores legalmente permitidos. O financiamento dos partidos, e mais especificamente o financiamento de campanhas, é uma zona obscura e cinzenta entre a legalidade e a ilegalidade, que pode determinar as perspectivas da elite política húngara. Como a Transparência Internacional calculou, nas eleições anteriores, ambos os partidos principais – agora no poder, Fidesz, e a oposição, Socialistas – gastaram pelo menos o triplo dos valores legalmente permitidos. Outros especialistas estimam esse gasto como sendo ainda superior. Várias iniciativas têm sido feitas para modificar a lei de financiamento político de modo a tornar o financiamento das campanhas mais transparente, mas nenhuma foi aprovada. Este não é um fenômeno especificamente húngaro, mas aqui e agora a consolidação da democracia está em jogo. Aparentemente, é do interesse da elite dominante para manter-se na zona cinzenta confusa em torno de financiamento dos partidos. A elite percebe, mas faz vista grossa para o quanto essa situação é insustentável. Para ser mais preciso, ela vê claramente, mas tende a interpretá-la em termos ideológicos.

Um ex-primeiro-ministro socialista, que fundou um novo partido desde seu governo, insinuou acerca dos absurdos passados no financiamento dos dois grandes partidos antagônicos, mas disse que ele estava esperando que acusações fossem apresentadas contra ele, antes de fornecer os dados concretos em juízo. Não é muito claro o que o impede de dizer a verdade de antemão. O atual primeiro-ministro disse que um segmento cruel de grandes empresas havia se entrincheirado na política, em primeiro lugar no partido adversário, os Socialistas. Um membro da antiga oposição

democrática e ex-ministro argumenta que a atual elite governante construiu um Estado mafioso, pois o governo pode manipular a economia e redistribuir as receitas para a sua clientela com a ajuda de leis e regulamentos.

Não há anarquia ou ditadura na Hungria. No entanto, ambas podem surgir, com maior chance para a última. Com a sua maioria de dois terços do Parlamento (na verdade, uma minoria em termos de eleitores), o governo conservador aprovou uma nova constituição, uma nova lei dos meios de comunicação, uma nova lei eleitoral e um novo código de trabalho, e realizou tudo isso sem antes alcançar um amplo apoio. Estas leis cortaram direitos anteriores e garantias em um grau considerável, restringiram a revisão judicial e ameaçaram os controles democráticos de pesos e contrapesos. A influência da UE parece ser muito limitada e a voz de intelectuais críticos também é fraca. O estilo de gestão do primeiro-ministro é autoritário e perigoso. As pessoas têm medo das incertezas causadas pela crise prolongada, de modo que clamam por assistência social e maior igualdade.

Isso incentiva a retórica populista que se apresenta como a luta pela “liberdade econômica”, demonstra uma arrogância para com os parceiros políticos internacionais e torna-se desculpa para cobrar impostos especiais, tais como as taxas impostas aos bancos e outros ramos econômicos, sobretudo de propriedade estrangeira. Também é possível que esta não seja mera retórica, mas que a elite governante pense, de fato que eles têm que lutar contra as restrições políticas e econômicas externas, para evitar que o “país se torne uma colônia”, e que eles tenham de reduzir consideravelmente as dívidas externas do país, que somam 80% do PIB, porque “alguém em dívida já não é livre”. Os sociólogos, no entanto, conhecem bem a técnica social que tenta fortalecer a unidade através da criação de fantasma e inimigos

externos. Como um subproduto, um partido xenófobo e racista entrou no parlamento húngaro como resultado das últimas eleições.

Mais de dois terços da população adulta húngara não fala nenhuma língua estrangeira. A mídia estatal apresenta as críticas externas ao governo como ofensas contra toda a nação húngara. A grande maioria da mídia independente é de tabloides, que tendem a interpretar o mundo como uma luta entre heróis e pessoas más. Atualmente, as elites políticas húngaras merecem essa descrição antagônica, já que elas são extremamente desunidas. No entanto, é um erro pensar que o modelo consensual vislumbrado em 1989 tenha sido apenas substituído por um modelo majoritário competitivo.

O primeiro-ministro não esconde sua intenção de superar essa desunião através da criação de um “campo central de forças”, ou, em outras palavras, cimentando a sua posição dominante nas várias eleições que estão por vir. Isso – ele afirma – é indispensável para a elite para cumprir a sua obrigação cultural, isto é, para levar adiante exemplos de como viver “bem, nobremente e com bom gosto”. Este último é uma alusão literal a um

antigo teórico político, István Bibó, que enfatizava a responsabilidade social da elite. Até agora, os exemplos de comportamento da elite não oferecem perspectivas promissoras para o futuro. O que os críticos encontram é um egoísmo medíocre e maquinacões manipuladoras, em que a elite governante está envolvida na locação de terras do Estado e a distribuição de concessões de lojas de tabaco a clientelas. Polemista em uma ocasião de Bibó, o jovem György Lukács apaixonadamente denunciou a argumentação digna de um herói de Dostoiévski de que a mentira leve à verdade, embora um pouco mais tarde ele tenha considerado uma solução aceitável. Até agora, esta receita parece ter falhado.

Na primavera de 2014, as eleições serão realizadas na Hungria. Não há dúvida de que elas serão eleições livres. Há, no entanto, algumas dúvidas se as eleições serão *justas*, e se elas vão ser controladas pela norma de *partidarismo contido*, ou seja, que a elite governante irá abster-se de abusar de seu poder excessivo para manipular a mídia e os eleitores.

O primeiro-ministro gosta de citar outras pessoas além de pensadores políticos. Em um de seus discursos

anuais citou o a frase sagaz de um jogador de hóquei no gelo, que disse que o segredo de um bom jogo é a “*patinar onde o disco estará, e não onde ele esteve.*” É uma metáfora adequada, dado que a o primeiro-ministro percebeu que o trabalho de um estadista é explorar as necessidades reais das massas e avaliar os requisitos e as possibilidades do futuro, não só do presente. Parece, porém, que o primeiro-ministro não escolheu o estilo de jogo certo para este jogo viril: enquanto ele finge ver o objetivo e a única maneira correta de chegar a ele, ele corta a pista de gelo tanto e reescreve as regras tão completamente que há uma chance de que, quando as equipes voltarem em a entrar na pista, este já não será mais o mesmo jogo.

É um pequeno consolo saber que, enquanto há eleições livres, ainda há uma chance para a convergência das elites e que os partidos de oposição abandonem suas posições, de modo a chegar a um consenso - a pré-condição para uma democracia consolidada. É um consolo pequeno porque este processo pode levar muitos anos, e ainda não é óbvio o que poderia levar as elites a esse objetivo.



# > África do Sul

## Mulheres mineiras e o Eu Subterrâneo

Por **Asanda Benya**, da Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul



Asanda e um operador de perfuradora em um intervalo.

**N**a grande e altamente mecanizada indústria de mineração da África do Sul, há mais de 48.000 mulheres que trabalham no subsolo, principalmente nas minas de platina e ouro. Essas mulheres fazem parte do núcleo da mão de obra e trabalham como mineiras ou trabalhadoras em geral, instalando estruturas de apoio, tubos de água e ventilação ou operando diferentes máquinas utilizadas no subsolo.

Durante três meses, em 2008, comecei a estudar uma mina de platina na África do Sul como uma etnógrafa, tra-

balhando e vivendo com as trabalhadoras subterrâneas. Meu objetivo principal foi compreender os desafios que as mulheres enfrentam no subsolo. Isto foi sucedido por um longo período de 2011 a 2012, quando eu mergulhei no mundo subterrâneo, trabalhando como motorista de guincho, limpando e içando para a superfície rocha explodida, amarrando e preparando a parede para a perfuração.

Como meus turnos começava às 4:00, eu tinha que deixar o albergue da mina às 03:00 e me dirigir ao poço de perfuração. As mulheres que vivem mais longe das minas

>>



| Asanda operando um guincho.

habitualmente deixam suas casas mais cedo, às 02:00. Essas mulheres têm de percorrer seu trajeto pelo transporte público, muitas vezes, tomando um ônibus de sua aldeia para a cidade, em seguida, um táxi da cidade para os albergues da mina, onde pegam um ônibus da empresa até suas respectivas minas. É uma viagem longa, perigosa e cara, que pode custar cerca de um terço do salário de um trabalhador – de 120 a 150 dólares por mês.

A luta não termina quando chegamos ao poço de perfuração, mas se intensifica quando se pega o elevador da superfície para as escavações, que estão localizados de 2 a 3 km abaixo da superfície. Pegar a gaiola do tamanho de um elevador era uma forma rude de despertar, um evento agressivo, atolada em empurrões e terminando com 50 ou mais trabalhadores espremidos ao seu redor. Neste espaço, para se respirar confortavelmente, enquanto suas pernas estão penduradas no ar, é preciso sincronizar a respiração com a da pessoa mais próxima de você. Dentro da gaiola, as lâmpadas são desligadas: é uma regra informal. Nessa escuridão, alguns trabalhadores levam vantagem da proximidade e acariciam seus seios, sabendo que você não pode se mover ou ligar a sua lâmpada para expor e identificá-los.

Quando se chega ao subsolo, é um mundo diferente: es-

curo, empoeirado, quente e úmido, com rochas salientes e poças de água. As escavações são curtas, às vezes com apenas 1,2 metros. Para se deslocar de um lado para o outro, é preciso se arrastar e sobrepular as rochas que ocasionalmente eram perigosamente instáveis. Às vezes, passávamos oito horas nessas escavações, trabalhando de joelhos na instalação de suportes para evitar que pedras caiam durante a perfuração. Foi nessas escavações que eu me lembrei do imediatismo da morte.

Meu trabalho subterrâneo incluiu operar um guincho, bombear água e remover minério, transportar de material para os operadores de perfuração de rocha ou ajudar alguns membros da minha equipe. Operar o guincho era um assunto delicado e fatal que envolvia controlar as cordas do guincho que, com um movimento descuidado da mão, poderia facilmente se dessincronizar e se enrolar. Dominar a arte de operar o guincho dependia mais de conhecimento tácito do que de treinamento formal.

Enquanto todos os trabalhadores tinham ocupações e responsabilidades específicas, as mulheres também éramos vistas como assistentes dos trabalhadores “de verdade”, os homens. Era bastante comum ver um OPR (operador de perfuradora de rocha) chamando você com sua lâmpada para manter estável a sua vara de perfuração e um outro

>>

trabalhador homem chamando você para “ajudar” a instalar os parafusos do telhado utilizados para apoiar a parede suspensa. Nada disso era considerado trabalho, simplesmente “ajuda”, que só era visto como trabalho se fosse feito por verdadeiros trabalhadores, homens. As mulheres às vezes recebiam tarefas de limpeza ou para buscar água para os homens das equipes. No final de cada turno, após a perfuração, nós recarregávamos os veios com explosivos e conectávamos cabos para a explosão.

Eu rapidamente aprendi que, para sobreviver como uma mulher, eu teria que ser “casca grossa”. Mas, além de casca grossa, que eu teria que aprender uma maneira de “estar” no subsolo. Ao lado das regras formais que me ensinaram na superfície e no centro de treinamento, havia regras informais, uma lógica e ordem subterrânea operacional diferente que era definida por homens. Operar fora dessa lógica indicaria que você é um trabalhador ilegítimo. Para ser aceita e vista como uma mineira de verdade, eu tive que aprender a andar, falar, trabalhar, transportar material e usar a minha lâmpada como um mineiro. Ao trabalhar em equipe, descobri as muitas “linguagens” usadas para se comunicar no subsolo. Além do *fanakalo*, a língua pidgín subterrânea, eu tive que aprender outras “línguas” que eram usadas quando o barulho de perfuração engolia nossas escavações, a lâmpada e a linguagem da luva.

A violência na gaiola e as condições perigosas nas escavações pareciam exigir estratégias de enfrentamento que, num primeiro momento, eu não poderia demonstrar. Ao perceber isso, os trabalhadores me diziam que, para sobreviver no subsolo, você tem que “esquecer de si mesmo”, e outros disseram “*se você trouxer a si mesmo ao subsolo, você pode causar acidentes*”. “Como eu poderia não me trazer ao subsolo?”, eu costumava perguntar. Logo, eu aprendi que esquecer o eu significa adotar uma identidade diferente, ou pelo menos negociar a sua identidade e agir de forma diferente. Trabalhadores chamavam-no de seu “eu subterrâneo” – um eu que assume riscos, resiste a pensar sobre as possibilidades de quedas de rochas ou a

### Glossário de termos da mineração

**Gaiola:** uma plataforma fechada usado para transportar trabalhadores e materiais no subsolo – semelhante a um elevador.

**Amarração/pá:** processo de limpeza de rocha explosiva, com força, muitas vezes usando uma pá.

**Stope:** abertura feita no processo de escavação e extração de minério.

**Guincho:** máquina com tambor rotativo e uma corda, usada para raspar e retirar minério de áreas perfuradas.

família, um eu que vê a violência na gaiola, o assédio sexual e os eventos sísmicos como parte da cultura. Parte dessa cultura também faz pensar que 120 mortes por ano na indústria não são “tão ruins”, até que aconteça a alguém que você conheça ou alguém com quem você já trabalhou. Mesmo assim, você só pode ficar perturbado durante dois dias: o dia em que você vê as equipes de emergência indo buscar um corpo e, no dia seguinte, o dia de luto. Depois disso, você deve voltar para o seu “eu subterrâneo” e continuar produzindo e transitando pelas rochas instáveis.

De volta à superfície, eu com frequência refleti sobre as contradições do trabalho no subsolo – as possibilidades de morte como libertadora e dignificante – e dos meus dois eus, o eu subterrâneo que assumiu riscos contendo pedras soltas e meu eu cauteloso da superfície. Enquanto eu fiz isso pela pesquisa, muitos faziam isso para alimentar seus filhos, colocar um teto sobre suas cabeças e levá-los para a escola. Cheguei à conclusão de que talvez a recompensa de ser capaz de levar seus filhos para a escola é a parte libertadora e dignificante de colocar sua vida em risco. ■

# > Costa do Marfim o capital simbólico do telefone celular

Por **Jordanna Matlon**, Instituto de Estudos Avançados de Toulouse, França



O telefone celular como o símbolo de status.

**U**ma visão lastimável no mercado paralelo de Adjamé<sup>1</sup> é a seção de telefones celulares usados e roubados. Centenas de homens se alinham em fila única, em ambos os lados de uma importante via. Cada homem tem um ou vários telefones pendurados sobre si que ele faz piscar a transeuntes, desesperado para se destacar na massa. Eles sussurram, assoviam ou gritam; alguns fazem apelos silenciosos com seu rosto ou suas mãos, outros seguem alguns passos, barganhando para baixo de seu preço inicial, antes mesmo de serem questionados. Esses vendedores ambulantes variam em faixa etária e roupas, de adolescentes, com camisetas sujas e faces assustadas, a homens de vinte ou trinta e poucos anos, discretos e confiantes,

até homens de aparência cansadas, que já passaram de seus melhores dias, com camisetas e calças casuais. Eles oferecem relíquias e *smartphones*, equipados com tecnologia que apenas uma fração da população de Abidjan jamais irá usar. Se a oferta indica alguma coisa sobre a demanda, o mercado de telefones celulares em Abidjan, na Costa do Marfim, está tocando sem parar.

Ao pesquisar os meios de sustento e estilos de vida de homens subempregados em Abidjanais 2008-2009, encontrei uma fonte particularmente rica na cultura de telefonia móvel da cidade. Pela cidade, os cartazes das maiores companhias de telefones imitavam as imagens de videoclipes, exibindo homens na moda assessorados por belas mulheres – e um

telefone. Essas imagens sugestivas são muito eficazes: em todo o país, há mais de 17 milhões de assinantes de telefonia móvel, em uma população de 22,4 milhões de habitantes, enquanto que 42% dos marfinenses vivem abaixo da linha da pobreza. Largamente disponíveis em uma ampla gama de preços, os telefones móveis são geralmente acessíveis entre as populações muito periféricas que os utilizam mais simbolicamente do que como dispositivos funcionais. Mesmo os telefones mais baratos podem oferecer uma aparência de luxo, apesar das capacidades funcionais limitadas, um fato que não escapou aos comerciantes, que embelezam modelos básicos com cores brilhantes ou molduras metálicas. O telefone celular de segunda-mão mais barato pode custar apenas 5.000 FCFA<sup>2</sup>.

>>

Quando conheci Calice, um vendedor de suco de vinte e três anos sem dinheiro, os fones em suas orelhas lembravam o anúncio de um iPhone. Era só um visual: seu telefone estava com as baterias descarregadas já há algum tempo e ele não podia pagar por novas. O acessório, porém, custou-lhe 27.000 FCFA de entrada, e ele ainda estava pagando o restante de seu custo de 40.000 FCFA em parcelas<sup>3</sup>. Especialmente entre os homens, os telefones são um acessório necessário. Em *maquis* (bares ao ar livre), eles são exibidos com destaque nas mesas, em silêncio ou tocando música enquanto seus proprietários bebem. Como marcadores de status, são meios relativamente democráticos de ganhar visibilidade e acesso ao mundo da tecnologia da comunicação moderna, desempenhando papel significativo na sociabilidade de Abidjanais.

Os telefones combatem o anonimato da vida periférica. Um nome e número de telefone, às vezes apenas um número de telefone, são pichações comuns em Abidjan. Os números são rabiscados nas barracas de rua, nas traseiras dos táxis e em mesas de *maquis*, talvez com a esperança longínqua de que alguém, em algum lugar, esteja interessado em se divertir. Um amigo, empregado em uma das embaixadas estrangeiras de Abidjan, retornou de seu último dia de trabalho com a camisa marcada não com desejos de despedida, mas com números de telefone. Os números de telefone são uma das poucas formas de documentação para as populações que vivem vidas na informalidade: sem registro, sem documentos, sem ser vistos. Eles sinalizam a participação na modernidade, bem como em redes sociais locais e distantes, e sua lista de “contatos” indica status. Durante uma conversa, um músico local chamado Doug MC puxou uma revista com um artista da Costa do

Marfim que se apresentou em Nova Iorque. Ele me mostrou o número americano do homem em seu telefone e vangloriou-se de que seu amigo frequentemente liga para ele. Além disso, receber uma chamada é a prova de que alguém se importa o suficiente com você para gastar dinheiro para ligar. Quando isso ocorre em público, todos ao redor são testemunhas de tal fato: em casamentos, em salas de aula, em meio a reuniões sombrias e em eventos oficiais, os telefones tocam, sempre com toques em alto volume.

Se o estereótipo ocidental é que um homem precisa dirigir um carro para ter uma mulher, em Abidjan ele precisa de um telefone (e quando ele a tem, ele provavelmente deve comprar-lhe um celular também, com crédito incluído). Como um dos meus amigos comentou, esse é, ao mesmo tempo, uma bênção e uma maldição: um homem compra para sua namorada um telefone não apenas para impressioná-la, mas para manter o controle sobre ela, e o aparelho vem com a expectativa de que ela vai responder ao seu chamado em todos os momentos. Os telefones definem o reino do possível para as capacidades de consumo dos homens pobres; e, mesmo entre as populações mais periféricas, a maioria dos homens tem pelo menos um – apenas os mais miseráveis não tinham tele-fone. Ter um celular é ter respeito. Quando perguntei a Erick se ele algum dia gostaria de ter um telefone melhor que o seu de 5.000 FCFA, ele respondeu: “*É claro que eu quero mudar. Eu sou um ser humano, e todos somos ambiciosos*”. Samuel explicou que como um homem ele tem “*necessidades biológicas, sentimentais e sociais*” que “*devem ser supridas*”. E continuou: “*Todo mundo gosta de um pouco de prazer. Eu, por exemplo, tenho um telefone celular Sony Ericsson*”. Inclusive, ter outros telefones é melhor ainda: não há nada de bizarro em carregar dois ou três celulares. A

justificativa é que cada telefone corresponde a uma rede diferente, então você pode chamar amigos dentro de várias redes pela tarifa mais barata.

Não importa quão bons eles possam ser como decoração, entretenimento ou para receber chamadas, os Abidjanais periféricos raramente usam seus celulares para fazer chamadas. Apenas quem liga paga, e eles raramente têm crédito. As ligações que recebi tendiam a ser de *cabines* – lugares onipresentes compostos de um pequeno banco de madeira e uma mesa, normalmente ocupada por um jovem ou uma mulher com crédito de celular de todas as operadoras. O crédito está disponível para até 100.000 FCFA, e quanto mais você comprar de uma só vez, mais *bônus* ou crédito gratuito você ganha. Alternativamente, a pessoa que chama pode imediatamente desligar (esperando que eu a chame de volta). Ou eu era “bipado” – recebia uma mensagem automática gratuita de texto solicitando que eu ligasse de volta para o número. Quando se está esperando uma ligação, um amigo ou parceiro pode enviar crédito para outra pessoa por meio de uma *cabine*. Mas não se trata de algo horizontal: quem liga para quem indica a hierarquia entre quem liga e quem recebe a ligação. Aqueles com mais dinheiro chamam os que têm menos da mesma maneira que os “grandes homens” africanos mantêm status em relações de apadrinhamento. Apoio financeiro e em espécie garante não só o domínio, mas uma dívida social.

<sup>1</sup> Esta parte do Adjamé – o maior mercado da Abidjan – era conhecido por ser obscura, muitas vezes vendendo bens roubados.

<sup>2</sup> No momento da pesquisa, 1 USD valia aproximadamente 500 FCFA.

<sup>3</sup> Os homens muitas vezes justificavam compras exorbitantes de telefone afirmando que era uma maneira de manter suas poupanças, e que se eles precisassem ganhar dinheiro poderiam trocar o telefone por um modelo mais barato. Nenhum desses homens tinha contas bancárias.

# > Relatório da Conferência da Associação Sociológica Europeia Torino 2013

Por Jennifer Platt, da Universidade de Sussex, Reino Unido, e Vice-Presidente de Publicações da ISA, 2010-2014



O Comitê Executivo da ESA e o Comitê Organizador Local desfrutando Turim.

O Comitê de Publicações da ISA tem uma política de enviar membros para conferências importantes para relatar o que está acontecendo e informar nossos editores; este é um desses relatórios. Mas como relatar todo um encontro? Lá estavam, segundo relatos, pelo menos 2.600 pessoas presentes; 4.000 resumos foram submetidos, dos quais 3.200 foram aceitos. É evidente que é impossível para qualquer pessoa assistir a tudo, quando há tantas atividades simultâneas. Minha estratégia foi ir a tantas coisas diferentes quanto possível, sobre temas diversos, sem levar em conta os meus

interesses pessoais, ou no que fosse relacionado a eles, buscando abordagens novas ou estrangeiras. Eu não tenho certeza se essa estratégia foi a razão pela qual me parecia haver mais pessoas do que eu estava acostumada a encontrar em conferências que trabalhavam com políticas públicas, em vez de ambientes mais acadêmicos. Seja qual for a razão, eu achei que isso deu uma perspectiva interessante sobre algumas questões, bem como deu acesso a dados que não estão abertos a todo pesquisador. Significou também que os sociólogos acadêmicos estavam recebendo mais oportunidades do que o habitual para transmitir a sua pesquisa para o mun-

>>

do da política pública.

As atividades eram de uma hora e meia, e as mesas não-plenárias, normalmente, tinham três ou quatro artigos, o que significava que cada um tinha que ser apresentado muito brevemente. O efeito disso foi encorajar a apresentação dos dados sem a teoria ou da teoria sem os dados. Um maior número de participantes teve a oportunidade de apresentar um artigo, mas essa não foi uma vantagem inequívoca para o ouvinte! Era difícil avaliar como seriam as versões mais extensas dos artigos, adequadas para a publicação. No entanto, a estrutura do esqueleto deixava muito claro quais eram alguns dos pontos-chave. Aqui está uma amostra<sup>1</sup>:

- O secularismo não tem que ser considerado como uma parte fundamental da modernidade.
- Os antigos países comunistas podem ser útilmente classificados como pós-coloniais.
- A estratificação cultural pode ser mais bem compreendida se forem estudadas as práticas do negócio de entretenimento.
- A crise pode levar a novas oportunidades criativas, dando mais visibilidade às escolhas subjetivas dos jovens.
- As reações do governo à crise financeira têm implicações para os profissionais do sistema de saúde

que precisam ser levadas em conta na sociologia das profissões;

- Métodos performativos e biográficos baseados em artes, excelentes em seu tipo, podem não ser acessíveis ao público em geral. Uma abordagem teórica fundamentada nos dados em um grande estudo das identidades europeias levou à descoberta de oito tipos diferentes de identidade europeia.
- Os idosos consideram os laços fracos com aquelas pessoas na periferia de seus círculos sociais importantes para dar apoio, porque eles envolvem obrigações menores do que os laços com aqueles mais próximos, como parentes.
- Um grande número de pessoas (especialmente na Alemanha e na Suíça) estão agora trabalhando em questões da moda.
- A sociologia da família tem negligenciado as pessoas que vivem sozinhas.
- O nível de sucesso dos partidos de direita radical depende de fatores tais como os sistemas de votação (voto obrigatório e oportunidades de radiodifusão trazem pessoas hostis à política), e se há um partido moderado de direita disponível como alternativa.
- Os partidos de direita contemporâneos mudaram seu foco para a cultura étnica ao invés de “raça”;

há diferentes bodes expiatórios ou objetos de identificação negativa em diferentes partes da Europa - o Islã para o Oeste, o passado comunista para o Leste.

- Uma série de apresentações que contavam com dados de pesquisas secundários, oferecendo descrição sem explicação, sugeriu que seria útil ter algumas comparações metodológicas deliberadas com abordagens “qualitativas” utilizando amostras menores e menos representativas formalmente.

A ASE está começando uma nova revista; eles já têm a *European Societies*, e ambas as revistas serão eletronicamente gratuitas para os membros. A nova é a *European Journal of Cultural and Political Sociology*, que também será publicada pela Routledge; a primeira edição está prevista para março de 2014. Os editores são Paul du Gay, Ricca Edmondson, Eeva Luhtakallio e Charles Turner. Um conselho editorial de dezenove pessoas inclui sete membros sediados fora da Europa e, até agora, surpreendentemente, nenhum da Europa Oriental. ■

<sup>1</sup> Muitas informações sobre o programa da Conferência ainda estão disponíveis no site da ASE: <http://www.europeansociology.org/conferences/11th-esa-conference.html>

# > Declaração Final

## Adotada pela Assembleia Geral do XXIX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)



“Crise e Emergências Sociais na América Latina” - tema do 29º Congresso da ALAS, em Santiago.

**R**eunidos em Santiago, capital do Chile, de 29 setembro a 4 outubro (2013), 4.168 sociólogos de 30 países da América Latina, do Caribe e de outros lugares participaram de 33 grupos de trabalho, 79 painéis, 86 lançamentos de livros e 5 conferências plenárias. Doze eventos preparatórios (pré-ALAS) ajudaram enormemente a disseminar os objetivos do Congresso, incentivando a participação ativa na nossa Associação. Em particular, a inclusão de centenas de estudantes e jovens profissionais e a formação de redes para a troca de informações e experiências marcarão o legado deste Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia.

Este ano marcou o 40º aniversário do Golpe de Estado no Chile, e nenhum participante no Congresso escapou do intenso debate e das re-

flexões críticas que isso provocou, tanto no Congresso quanto no país, sobre os efeitos de um evento tão bárbaro, bem como o longo silenciamento do trauma, que intelectuais conservadores, governos e organizações internacionais viram como a refundação capitalista do Chile e da América Latina como um todo.

Hoje, o rigor dos nossos estudos se combina de formas criativas com uma expansão da capacidade crítica, mas também com a grande vitalidade e poder de transformação dos movimentos sociais e políticos de todo o continente. Nos últimos anos, vários desses movimentos se destacaram:

- A luta dos migrantes latino-americanos por verdadeiras reformas nos Estados Unidos, que reconhecessem direitos de trabalho, saúde, educação e seguridade social e, claro, a possibilidade das comunidades latino-ameri-

>>

canas e suas famílias viverem no país sem perseguição.

- A luta dos sindicatos democráticos de professores do México que exigiram uma verdadeira reforma do ensino e um fim às demissões programadas de professores que pertenciam ao maior sindicato do continente (1.200.000 professores).

- A luta de todo o continente contra a apropriação ilegal e exploração selvagem dos recursos naturais e estratégicos da nossa região, tais como petróleo, gás, mineração, agricultura, pesca, florestas, costas e água.

- A profusão de demandas na Colômbia por verdadeiras negociações de paz que colocariam um fim ao conflito mais prolongado e doloroso no continente.

- A persistente e corajosa luta do povo cubano por respeito à sua soberania e fim ao bloqueio.

- A luta por reconhecimento e um fim às agressões contra os governos democraticamente eleitos da Venezuela, Bolívia, Argentina, Brasil, Uruguai e Equador.

- A luta pela real e profunda transformação democrática em todos os países da região.

- A luta contra os cortes neoliberais na saúde, educação, seguridade social e pensões.

- As lutas contra a violência, o terror, e a crescente presença de aparelhos de segurança na vida das nossas comunidades e povos.

- A luta contra a corrupção e a extravagância dos governantes, autoridades e funcionários extremamente ricos, enquanto seus povos se tornam cada vez mais pobres.

- As lutas contra as restrições sobre os programas sociais e políticas públicas. A luta contra a espionagem dos EUA em todos os nossos países.

- A luta para recuperar a verdadeira soberania de nossas nações e a autonomia dos indígenas, afrodescendentes e povos insulares.

Esse inventário exige um trabalho sistemático de sociólogos do continente. Nós temos a responsabilidade de compartilhar o nosso conhecimento e disseminar nossas descobertas referentes aos problemas sociais mais prementes: a ameaça de destruição da terra, a pobreza, a exclusão, a insegurança, a violência e a vulnerabilidade da maior parte da população aos desastres e crises econômicas. Devemos procurar alcançar a plena liberdade de expressão, de associação e a crítica para todos aqueles que habitam nossa região; a institucionalização das políticas que irão melhorar o bem-estar da população, implementadas por Estados

socialmente responsáveis em conformidade com os direitos de todos os indivíduos e povos; a superação de todas as formas de colonialismo do saber e do poder, com verdadeira inclusão e autonomia acadêmica, sem parâmetros de avaliação impostos pelas organizações internacionais e com livre acesso à produção e à troca de conhecimentos. Esses objetivos são a base do nosso compromisso e as promessas para o futuro da nossa Associação.

Nossas universidades e instituições de ensino superior, públicas e privadas, devem fazer um esforço extraordinário para renovar constantemente sua pesquisa, a fim de dar às nossas sociedades e Estados a base sobre a qual estabelecer compromissos sólidos para beneficiar os mais necessitados e para defender a justiça, a liberdade e a diversidade.

A ALAS encarna essas aspirações e assume a responsabilidade de continuar no caminho que tem seguido até hoje, ao fazer todos os esforços para incluir um número maior de sociólogos - respeitando e reconhecendo a pluralidade de suas perspectivas teóricas, experiências práticas e identidades - em busca de um mundo onde todos possam se encaixar. ■

Vida longa à ALAS!

Vida longa à nossa América!

# > Transformações Sociais e a Era Digital

Por **Elisa P. Reis**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, Membro formador do Comitê Executivo da ISA, 2006-2010, e Representante da ISA no ISSC<sup>1</sup>



Elisa Reis, nova Vice-Presidente da ISSC.



Alberto Martinelli, novo Presidente da ISSC.

“**T**ransformações Sociais e a Era Digital” foi o tema do Fórum Mundial de Ciências Sociais, organizado pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), em Montreal, entre 13 e 15 de Outubro de 2013. Mais de 1.000 cientistas sociais, gestores da área de ciência e especialistas em assuntos digitais, provenientes de 60 países, participaram do Fórum, que incluiu cerca de 750 apresentações, além de diversos eventos paralelos organizados por parceiros do ISSC.

As sessões plenárias, que focaram questões cruciais para a sociedade contemporânea, atraíram um grande público e proporcionaram oportunidades para diálogos acalorados para além das disciplinas das ciências sociais. O ISSC convidou um grupo ativo de jovens colaboradores que não só apresentaram seus próprios trabalhos, mas colocaram questões

desafiadoras para a discussão e encorajaram todos nós a realizarmos pesquisas colaborativas.

A ISA patrocinou uma sessão sobre os principais temas da atual sociologia canadense, visando avaliar os ganhos, as promessas, deficiências e implicações da era digital para a geração de conhecimento e intervenção nas políticas públicas. Sob o título “Compreendendo as Transformações Sociais na Era Digital, Canadá 2013 – sociologia canadense na corrida para o Congresso Mundial da ISA, 2018”, quatro trabalhos deram uma boa amostra da sociologia canadense contemporânea. Patrizia Albanese, presidente eleita da Associação Canadense de Sociologia e chefe do comitê organizador local para o XIX Congresso Mundial da ISA, a ser realizada em 2018, em Toronto, e seus colegas Howard Ramos, Rima Wilkes e Cheryl Teelucksingh, ofereceram

uma prévia estimulante do Congresso seguinte ao de Yokohama.

A ISA também participou da sessão sobre “O cenário geopolítico em transformação no século XXI: direitos humanos e ética”. Organizado por Saths Cooper, presidente da Associação Internacional de Psicologia, este painel antecipou o próximo Fórum Mundial de Ciências Sociais do ISSC, que tem como tema “Transformando as Relações Globais para um Mundo Justo”. O terceiro Fórum Mundial de Ciências Sociais será realizado em setembro de 2015, em Durban, na África do Sul, onde esperamos uma intensa participação da ISA, especialmente de seus membros mais jovens. ■

<sup>1</sup> Nota do editor: Parabéns a Elisa Reis, que foi eleita Vice-Presidente do ISSC e a Alberto Martinelli (antigo Presidente da ISA, 2000-2004), que foi eleito Presidente do ISSC no encontro de Montreal.

# > A equipe russa da *Diálogo Global*

Por **Elena Zdravomyslova**, Universidade Europeia de São Petesburgo e membro do Comitê Executivo da ISA, 2010-2014

**N**osso time é flexível. O principal grupo de tradutores é composto por Elena Nikiforova, Anna Kadnikova, e Asja Voronkova. Outros contribuem com o projeto mais ou menos regularmente, e nós esperamos novos membros para a equipe, bem como certa rotatividade. Nós pertencemos a instituições sociológicas diferentes. Atualmente, os resultados do projeto são divulgados pela Associação de Sociologia de São Petesburgo, que é o braço regional da Sociedade Russa de Sociologia. Estamos felizes em fazer parte do time transnacional de tradutores. Trabalhar na versão russa da revista nos faz alerta sobre os debates atuais na comunidade sociológica global e nos ajuda a ampliar nossos horizontes sociológicos. Nós aprendemos mais enquanto tentamos encontrar equivalentes linguísticos russos para termos e categorias. Nós estamos, de fato, “aprendendo ao fazer” traduções sociológicas! Desejamos que a *Diálogo Global* continue a cobrir uma diversidade de problemas e perspectivas sociológicas! Desejamos que a revista seja famosa globalmente! ■



**Elena Zdravomyslova**, Doutora em sociologia, professora da Universidade Europeia, São Petesburgo (EUSP), co-diretora do Programa de Gênero da EUSP; coordenadora de projetos do Centro Para Pesquisa Social Independente. Seus campos de pesquisa e ensino incluem: estudos de gênero, movimentos feministas e métodos de pesquisa qualitativos. Áreas de expertise incluem relações de gênero na Rússia, teoria feminista, sociologia do cuidado e pesquisa biográfica.



**Anna Kadnikova** possui mestrado em sociologia. Graduiu-se na Universidade Europeia de São Petesburgo e seus interesses acadêmicos são as mobilizações pró-vida na Rússia durante a última década.



**Elena Nikiforova** é pesquisadora do Centro para Pesquisa Social Independente, São Petesburgo. Recebeu seu diploma do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado de São Petesburgo, estudou na Escola de Estudos Internacionais, Universidade do Estado de São Petesburgo e no Departamento de Estudos Internacionais, Universidade de Limerick, Irlanda (mestrado). Seus atuais interesses acadêmicos estão na esfera da mobilidade e espaço e são largamente influenciados pelos debates sobre globalização e transnacionalismo, e o estudo de “fronteiras”. Até o momento, sua pesquisa tem focado as transformações de espaços, identidades e trajetórias de vida conectadas à reconfiguração em curso no espaço político do antigo império soviético; suas regiões de interesses incluem (mas não estão restritas a) países Bálticos (predominantemente Estônia e Letônia), Noroeste da Rússia e extremo norte da Rússia.

>>



**Asja Voronkova** é músico, fundadora do grupo de rock *Patience Airways*. Recebeu seu bacharelado na Smolny College (Universidade de Estado de São Petesburgo, Rússia) e Bard College (EUA). Publicou sobre a sociologia da música do rock; seus interesses sociológicos particulares são o heavy metal como um fenômeno da cultura jovem. Trabalha como tradutora na revista sociológica *Laboratorium*.



**Alexander Kondakov**, mestre, pesquisador do Centro para Pesquisa Social Independente, São Petesburgo. Graduou-se no Instituto Internacional de Sociologia do Direito e seus interesses acadêmicos são sociologia do Direito e teoria *queer*. Seu projeto atual está centrado nas controvérsias da cidadania sexual na Rússia.



**Yuliya Martinavichene** é membro do corpo docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Europeia de Humanidades (Vilnius, Lituânia) e doutoranda do Departamento de Filosofia. Seus principais interesses de pesquisa incluem semiótica visual, publicidade de serviços públicos, assim como filosofia e sociologia de identidades coletivas. Sua dissertação de mestrado foi um estudo da propaganda em *outdoors* bielorrussos sobre serviços públicos e seus apelo discursivo.



**Ekaterina Moskaleva** é graduada em sociologia pela Universidade de Estado de São Petesburgo. Seus interesses de pesquisa estão na esfera das relações públicas e arte através de seu envolvimento em dois grandes projetos: o Festival Internacional de *Franchising*, *Geek Picnic* onde apresentou-se como gerente de projetos e a *Critical Mass* 2013 (como pesquisadora e gerente de eventos). Atualmente, trabalha em um projeto na filial da Escola Secundária de Economia de São Petesburgo, Rússia.